

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresa controlada***

*DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em
31 de dezembro de 2019*

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e EMPRESA CONTROLADA**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	17
Comentário de Desempenho	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	57
Parecer do Conselho Fiscal	142
Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário	143
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	153
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	154

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TIM Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

A Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R\$16.529 milhões, para os quais, com base em opinião e seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R\$333 milhões no balanço patrimonial consolidado, enquanto R\$16.196 milhões foram divulgados pela Companhia como perdas possíveis, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise dos processos e de correspondente prognósticos de sua resolução final pelos seus consultores jurídicos. A auditoria da avaliação da Administração sobre a probabilidade de perda nos processos tributários é complexa, altamente subjetiva e baseada em interpretações da legislação tributária e decisões judiciais, pois há incerteza significativa nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais, a evolução da jurisprudência e à posição das autoridades fiscais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações contábeis da Companhia e por essa razão foi considerado como significativa área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Solicitamos e obtivemos confirmação junto a todos os consultores jurídicos, internos e externos, que estão envolvidos nos processos tributários da Companhia, confirmando valores e prognósticos dos processos, conforme determinado pela Administração da Companhia.

Para testar a avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perda nos processos tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia.

Adicionalmente, solicitamos ao cliente que obtivesse, para os processos tributários de maior relevância, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinados pelos consultores jurídicos da Companhia responsáveis pelos respectivos processos, bem como avaliar os argumentos, jurisprudências e/ou estratégia de defesa adotadas pelos consultores jurídicos da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

PIS e Cofins a recuperar

A Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$3.023 milhões na rubrica “Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar” do balanço patrimonial consolidado, oriundos de processos judiciais transitados em julgado em 2019 relacionados com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, a favor da controlada da Companhia. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9. A Companhia recebeu a autorização da autoridade competente no Brasil para iniciar a compensação desses créditos com obrigações tributárias federais, visto que parte das ações judiciais da Companhia visa garantir a continuidade da compensação dos créditos.

A auditoria da avaliação da Administração com relação ao montante do crédito é complexa e subjetiva, principalmente devido aos seguintes fatores: (i) o valor do crédito e a base de cálculo não estão explícitos na sentença judicial quanto ao método de cálculo do crédito favorável à Companhia; (ii) o reconhecimento e a estimativa do prazo e do valor da utilização dos créditos tributários envolve a estimativa das receitas futuras da Companhia, entre outras premissas chave.

Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, com a assistência dos nossos especialistas tributários: (i) a leitura e avaliação das decisões e discussão com a Administração sobre as conclusões obtidas pela Administração da Companhia para o adequado momento do reconhecimento do crédito tributário decorrente das decisões favoráveis à Companhia quando do trânsito em julgado, bem como o seu valor; (ii) testes dos cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto do processo judicial; (iii) entendimento e avaliação das premissas relevantes relacionados ao processo de mensuração do ativo adotado pela Administração da Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como a respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 9, 29 e 30, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Adoção da Norma Contábil de Arrendamentos (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, equivalente à norma internacional IFRS 16, *Leases*, de forma retrospectiva, com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. A adoção inicial desta norma resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$5.256 milhões em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia concluiu o estudo sobre os impactos dessa nova norma em suas demonstrações contábeis consolidadas, que incluiu: (i) estimativa do prazo do arrendamento, considerando um período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do arrendamento, quando esse exercício depender apenas da Companhia e estiver razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes ao setor de telecomunicações; (iii) uso de premissas no cálculo da taxa de desconto, que foi baseada na taxa de juros incremental do período do contrato; (iv) desenho e implementação de controles internos para capturar adequadamente modificação ou cancelamento de contratos devido ao curso do vencimento do arrendamento e identificação de novos contratos de arrendamento.

A validação de relatórios e ferramentas implementadas pela Administração da Companhia para garantir a totalidade e integridade dos contratos de arrendamento, bem como a coleta de dados apropriada e a mensuração dos saldos e transações registrados nas demonstrações contábeis consolidadas foram altamente complexas devido a quantidade significativa de contratos de arrendamentos mercantil, em virtude de diversos arrendamentos de compartilhamento de infraestrutura de rede, com demais operadoras participantes do mercado, com pagamentos registrados de forma linear ao longo dos prazos dos contratos.

Além disso, existem certos aspectos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que requerem que a Administração exerça julgamento significativo, como a determinação da taxa incremental de empréstimo e a classificação de arrendamentos individuais com base em seus prazos contratuais.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto foi considerada como área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) análise e inspeção dos contratos vigentes na data de adoção e celebrados em 2019, a fim de avaliar se a população de arrendamentos está completa; (ii) comparação do contrato incluído na população fornecida pelo departamento de compras com os contratos considerados no escopo da nova norma contábil, verificando a possível existência de contratos que não estão sendo considerados; (iii) testes em base de amostragem, para garantir se os dados utilizados pela Companhia na mensuração dos valores de arrendamento, são consistentes com os contratos originais; (iv) se a adequação da taxa de desconto utilizada pela Companhia está consistente com a norma contábil; (v) a adequação do modelo utilizado pela Companhia para determinar os passivos de arrendamento; (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como a respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 2, 14 e 16, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu, em 19 de fevereiro de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Ativo		23.133.188	20.275.453	40.348.924	31.957.889
Circulante		677.929	457.534	8.454.129	5.998.126
Caixa e equivalentes de caixa	4	762	167	2.284.810	1.075.530
Títulos e valores mobiliários	5	12.167	13.378	654.479	784.841
Contas a receber de clientes	6	1.844	444	3.184.780	2.838.808
Estoques	7	-	-	203.278	183.059
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	597.550	362.436	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	420.284	280.254
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	28.383	45.278	1.395.193	347.505
Despesas antecipadas	11	2.729	2.460	175.868	272.060
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	16.602	50.769
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	4.931	22.491
Outros valores a compensar	17	-	-	33.090	41.612
Outros ativos		34.494	33.371	80.814	101.197
Não Circulante		22.455.259	19.817.919	31.894.795	25.959.763
Realizável a longo prazo		88.077	133.848	4.614.305	4.074.137
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	3.849	5.229
Contas a receber de clientes	6	-	-	103.075	130.308
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	823.349	912.511
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	2.367.607	558.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	801.971
Depósitos judiciais	12	87.049	131.270	1.006.899	1.345.113
Despesas antecipadas	11	1.028	2.578	69.656	74.381
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	29.909	30.639
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	151.447	185.558
Outros ativos		-	-	58.514	30.411
Investimento	13	22.209.626	19.526.515	-	-
Imobilizado	14	-	-	17.612.164	11.203.622
Intangível	15	157.556	157.556	9.668.326	10.682.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		23.133.188	20.275.453	40.348.924	31.957.889
Total do Passivo		701.370	480.616	17.917.106	12.163.052
Circulante		624.194	441.024	8.117.479	7.075.379
Fornecedores	18	6.987	11.770	3.923.035	4.323.374
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.384.180	698.728
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	873.068	205.048
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	858	2.373
Obrigações trabalhistas		898	2.344	218.421	211.685
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	530	447	463.606	451.169
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	25.816	47.285	296.305	332.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	577.837	370.105	577.837	370.105
Autorizações a pagar	19	-	-	88.614	65.464
Receitas diferidas	23	-	-	281.930	406.867
Outros passivos		12.126	9.073	9.625	8.233
Não Circulante		77.176	39.592	9.799.627	5.087.673
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	644.908	964.289
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	3.547	9.245
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	6.907.802	1.735.026
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.997	2.772
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	212.310	209.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			47.734	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	47.423	9.837	840.637	849.408
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	38	-	-	5.782	2.850
Autorizações a pagar	19	-	-	237.723	348.336
Receitas diferidas	23	-	-	827.182	906.600
Outros passivos		29.753	29.755	69.005	59.267
Patrimônio Líquido	25	22.431.818	19.794.837	22.431.818	19.794.837
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		410.650	412.091	410.650	412.091
Reservas de lucros		12.159.162	9.524.124	12.159.162	9.524.124
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.088)	847	(1.088)	847
Ações em tesouraria		(3.204)	(8.523)	(3.204)	(8.523)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida	27	-	-	17.377.194	16.981.329
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	(7.433.731)	(7.701.418)
Lucro bruto		-	-	9.943.463	9.279.911
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	(4.986.289)	(4.970.780)
Gerais e administrativas	28	(24.755)	(29.745)	(1.717.859)	(1.608.319)
Resultado da equivalência patrimonial	13	3.865.255	2.672.647	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(54.865)	(837)	1.275.542	(283.289)
		3.785.635	2.642.065	(5.428.606)	(6.862.388)
Lucro operacional		3.785.696	2.642.065	4.514.857	2.417.523
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	2.671	1.978	1.430.171	412.733
Despesas financeiras	31	(169.399)	(95.687)	(1.408.053)	(951.439)
Variações cambiais, líquidas	32	(26)	(9)	(908)	1.373
		(166.754)	(93.718)	21.210	(537.333)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.618.881	2.548.347	4.536.067	1.880.190
Imposto de renda e contribuição social	33	3.246	(3.246)	(913.940)	664.911
Lucro líquido do exercício		3.622.127	2.545.101	3.622.127	2.545.101
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	34	1,50	1,05	1,50	1,05
Lucro diluído por ação	34	1,50	1,05	1,50	1,05

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.622.127	2.545.101	3.622.127	2.545.101
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	(2.932)	(215)	(2.932)	(215)
Tributos diferidos	997	73	997	73
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.620.192</u>	<u>2.544.959</u>	<u>3.620.192</u>	<u>2.544.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º. de janeiro de 2019	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1º. de janeiro de 2019 ajustado	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								3.622.127	3.622.127
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.935)	-	(1.935)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.935)	3.622.127	3.620.192
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(1.441)	-	-	-	-	-	-	(1.441)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	5.319	-	-	5.319
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	171.398	-	-	-	-	(171.398)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(995.438)	(995.438)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	194.161	-	-	(194.161)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	2.261.130	-	-	-	(2.261.130)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	8.349	-	-	-	-	8.349
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(1.441)	171.398	2.269.479	194.161	5.319	-	(3.622.127)	(983.211)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.866.298	410.650	1.010.090	9.537.053	1.612.019	(3.204)	(1.088)	-	22.431.818

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2018	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(16.487)	989	-	18.151.184
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2-f)	-	-	-	(62.119)	-	-	-	-	(62.119)
Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado	9.866.298	416.162	718.759	5.831.941	1.271.403	(16.487)	989	-	18.089.065
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.545.101	2.545.101
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(142)	-	(142)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(142)	2.545.101	2.544.959
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(4.071)	-	-	-	-	-	-	(4.071)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	7.964	-	-	7.964
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	119.933	-	-	-	-	(119.933)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(849.994)	(849.994)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	146.455	-	-	(146.455)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.428.719	-	-	-	(1.428.719)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.914	-	-	-	-	6.914
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(4.071)	119.933	1.435.633	146.455	7.964	-	(2.545.101)	(839.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		3.618.881	2.548.347	4.536.067	1.880.190
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	5.128.981	3.954.321
Resultado de equivalência patrimonial	13	(3.865.255)	(2.672.647)	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	32.411	9.700
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	226	648
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	56.710	4.180	547.691	551.191
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		50.838	4.507	200.469	297.529
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	(950.675)	(35.450)
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	-	-	821.463	266.328
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	-	-	(6.422)	(25.664)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	-	-	748.291	544.881
Opções de compra de ações	26	652	(4.593)	3.443	(1.424)
		(138.174)	(120.206)	11.061.945	7.442.250
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(1.400)	(115)	(1.027.131)	(1.028.791)
Impostos e contribuições a recuperar		194.344	(33.601)	(1.601.276)	175.116
Estoques		-	-	(20.219)	(59.274)
Despesas antecipadas		1.281	1.532	100.917	56.792
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		770.436	734.685	-	-
Depósitos judiciais		44.441	(18.794)	296.486	30.478
Outros ativos		(1.123)	(13.665)	5.059	133.831
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		(1.446)	(4.105)	6.736	(50.765)
Fornecedores		(4.784)	8.418	(401.200)	331.736
Impostos, taxas e contribuições		(27.359)	15.955	40.045	187.170
Autorizações a pagar		-	-	(100.182)	(104.582)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(70.182)	(1.690)	(715.203)	(536.646)
Receitas diferidas		-	-	(204.355)	(193.599)
Outros passivos		3.055	(308)	(215.063)	(40.373)
Caixa gerado pelas operações		769.089	568.106	7.226.559	6.343.343
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(161.833)	(213.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		769.089	568.106	7.064.726	6.129.387

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		1.210	(13.378)	131.742	(21.460)
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(3.853.484)	(3.831.906)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	9.100	22.946
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		1.210	(13.378)	(3.712.642)	(3.830.420)
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	-	1.000.000	166.548
Amortização de empréstimos		-	-	(723.500)	(3.359.074)
Juros pagos - Empréstimos		-	-	(96.649)	(193.333)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	(800.621)	(9.898)
Juros pagos - Arrendamento mercantil		-	-	(785.091)	(242.512)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	32.761	37.044
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		435	5.317	435	5.317
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(770.139)	(588.247)	(770.139)	(588.247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(769.704)	(582.930)	(2.142.804)	(4.184.155)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		595	(28.202)	1.209.280	(1.885.188)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167	28.369	1.075.530	2.960.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		762	167	2.284.810	1.075.530

	Consolidado	
	2019	2018
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(6.653.985)	(38.944)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	6.653.985	38.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	25.182.831	24.232.404
Outras receitas	-	-	1.795.000	-
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(748.291)	(544.881)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(2.865.657)	(2.087.278)
	-	-	23.363.883	21.600.245
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(2.575.465)	(3.929.961)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.416)	(4.675)	(3.346.565)	(3.237.372)
	(59.416)	(4.675)	(5.922.030)	(7.167.333)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(5.128.981)	(3.954.320)
Valor adicionado líquido produzido	(59.416)	(4.675)	12.312.872	10.478.592
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	3.865.255	2.672.647	-	-
Receitas financeiras	2.705	1.989	1.518.362	510.265
	3.867.960	2.674.636	1.518.362	510.265
Valor adicionado total a distribuir	3.808.544	2.669.961	13.831.234	10.988.857
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	6.274	22.591	517.505	503.198
Benefícios	852	1.479	178.796	181.502
F.G.T.S	212	268	58.381	55.765
Outros	10.842	87	116.514	102.254
	18.180	24.425	871.196	842.719
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.207)	4.806	3.050.397	1.655.868
Estaduais	60	-	3.907.216	4.000.551
Municipais	-	-	111.860	104.710
	(1.147)	4.806	7.069.473	5.761.129
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	169.370	95.613	1.495.444	1.046.256
Aluguéis	14	16	768.787	789.015
	169.384	95.629	2.264.231	1.835.271
Outros				
Investimento social	-	-	4.207	4.637
	-	-	4.207	4.637
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JCP	995.438	849.994	995.438	849.994
Lucros retidos	2.626.689	1.695.107	2.626.689	1.695.107
	3.622.127	2.545.101	3.622.127	2.545.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Prezados acionistas,

A administração da TIM Participações S.A. (“TIM Participações”, “Companhia” ou “TIM”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2019, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2019, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM Participações é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2019, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo segundo ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, é a única do setor de telecomunicações listada do Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3.

A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através da troca de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e acumula sinergias que beneficiam todos os seus clientes. Através de sua subsidiária, TIM S.A., a TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Mensagem da Administração

O ano de 2019 foi marcado pela capacidade da Companhia de evoluir em aspectos operacionais e financeiros, fazendo alguns ajustes de abordagem e estratégia. Nosso foco na execução nos possibilitou desenvolver bem as frentes que precisavam de ajustes: (i) agilidade na tomada de decisão; (ii) foco em áreas-chave do negócio; (iii) reforço na cultura de *accountability* e (iv) recuperação da liderança em inovação nas ofertas e comunicação.

O primeiro e o segundo semestres do ano apresentaram diferenças marcantes, tanto do ponto de vista macroeconômico quanto do ponto de vista da intensidade da competição dentro do setor de telecomunicações móvel, obrigando a TIM a demonstrar grande resiliência na primeira metade do ano, enquanto na segunda metade, os motores de crescimento tiveram mais espaço para evoluir. Isso se evidencia pela aceleração nas taxas de crescimento anual da receita de serviços (+3,1% no 2S contra +1,7% no 1S) e do EBITDA (+7,5% no 2S versus 5,8% no 1S).

Foram fundamentais para essa evolução no desempenho: (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor; (ii) os ajustes no portfólio e na comunicação com os clientes (iii) a recuperação da imagem em todos os segmentos da base; (iv) o contínuo avanço das nossas redes móvel e fixa; (v) a sólida execução na frente de eficiência de custos e investimentos.

Resiliência e Evolução do Serviço Móvel

No início do ano, o segmento móvel enfrentou um aumento na agressividade das ofertas, enquanto a atividade econômica permanecia com baixo crescimento. Começamos os ajustes na comunicação e no portfólio para nos mantermos competitivos, sem a necessidade de acirrar ainda mais a competição. Assim, adaptamos nossa abordagem para administrar a redução na velocidade de migração de clientes do pré-pago para o pós-pago, sem perder o foco na busca por mais valor do que volume. Continuamos trabalhando na segunda onda do processo de *up-selling*, com migrações intra-segmento (dentro do pré-pago e dentro do pós-pago) e trouxemos algumas inovações, como o TIM Chip Top no pré e o TIM Black Família no pós.

Os impactos positivos desses ajustes ficaram evidentes através de resultados como:

- Pré-pago: (i) melhora no número de recarregadores; (ii) aumento em 2,5% A/A nos gastos médios por clientes recarregadores; (iii) crescimento de 4,2% A/A do ARPU e (iv) recuperação do primeiro lugar em pesquisa Top of Mind;
- Pós-Pago: (i) redução do nível de desconexões; (ii) manutenção de bom nível de vendas (+13,8% ao longo do ano); (iii) reaceleração do crescimento da receita gerada pelos clientes e (iv) crescimento de 0,6% do ARPU A/A (ex-M2M).

Banda Larga Residencial Uma Oportunidade Se Materializando

A banda larga residencial foi um dos grandes destaques do ano, mantendo um crescimento forte de receita, enquanto ajustes na operação aceleravam o *rollout* de cobertura e a aquisição dos clientes (~40 mil no 1S e ~60 mil no 2S). A expansão geográfica iniciada em 2018 continuou, e terminamos o ano atendendo 25 cidades, sendo 23 em FTTH.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O foco em uma oferta de valor aos clientes, oferecendo a banda larga em fibra ótica e conteúdo através de parcerias com APPs, possibilitou o crescimento de 8% A/A do ARPU, enquanto a TIM Live ganhava dois prêmios de melhor serviço de banda larga do país.

Desenvolvimento da Infraestrutura: avanços no móvel e no fixo

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Portanto, em 2019, demos ênfase a investimentos que tivessem um impacto direto na qualidade dos serviços móvel e fixo.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2019 com mais de 3.400 mil cidades, com 85,7% de disponibilidade de rede e a menor latência entre todas as operadoras, conforme notícia veiculada pelo Tecnoblog em Jan/20. Para manutenção dessa posição como um diferencial competitivo, continuamos a trazer inovações tecnológicas, fazendo testes com o 5G e utilizando a *Massive MIMO* para o 4G, ao mesmo tempo que mantínhamos a abordagem eficiente com o processo de *refarming* de frequências para expandir a capacidade de nossa rede.

Do lado da rede fixa, superamos a marca de 100 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, demonstrando o nosso compromisso com a melhoria da nossa rede de transporte. Expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 2,3 milhões de domicílios.

Eficiência e Geração de Caixa

A abordagem de eficiência está cada vez mais na cultura de toda a Companhia, permeando os diferentes processos em todas as áreas. Além disso, o processo de transformação digital, que tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes, segue em ótima velocidade, com resultados expressivos na adoção de canais digitais como o app Meu TIM (+18% no número de usuários únicos na plataforma), em pagamentos eletrônicos (+14% no número de acessos realizando esses pagamentos), nas faturas digitais (+18% no número de faturas entregues), dentre outros indicadores.

Os objetivos do programa não se restringem a economias de custos, mas também a eficiência fiscal e melhorias nas despesas financeiras. Neste contexto, ativamos e começamos a utilizar créditos fiscais advindos de decisões judiciais e mantivemos a trajetória de otimização das linhas de financiamento da Companhia.

A combinação de todos esses elementos nas frentes operacional e financeira produziu o maior EBITDA da história da TIM, atingindo R\$ 6,8 bilhões, com uma margem superior a 39% no ano, e também um excelente nível de fluxo de caixa operacional em R\$ 2,1 bilhões. Isto viabilizou a maior remuneração anunciada aos acionistas na história da TIM, ficando próxima a R\$ 1 bilhão.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de fazer ajustes sem criar rupturas e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2019, tornando possível entregar as metas definidas e continuarmos nossa história de crescimento sustentável e consistente.

O ano de 2020 poderá trazer grandes oportunidades com uma aceleração da atividade econômica, a evolução do processo de consolidação do segmento móvel, definições sobre como o país enxerga a tecnologia 5G, abertura de novas frentes de receita, entre outros. Diante disso, o foco na execução e uma estratégia bem definida serão chave para atingirmos nossos objetivos estratégicos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

No ano de 2019, o cenário macroeconômico brasileiro foi marcado por não atender às expectativas do mercado, apesar de ter fechado o ano com clima otimista diante de fatores, como o recorde histórico do Ibovespa, principal índice da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, que fechou o ano acima dos 115 mil pontos, a mínima histórica da taxa SELIC, em 4,5% ao ano, e a recuperação do setor varejista, que apesar de ter apresentado um ritmo mais lento ao longo do ano, apresentou forte aceleração ao final do período.

Tal frustração se deve ao fato de que as estimativas do mercado, no início de 2019, apontavam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, para o período, de 2,5%, segundo o primeiro relatório FOCUS¹ do ano. Contudo, o último relatório FOCUS² para o período aponta um modesto crescimento de 1,1%.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, maior valor anual desde 2016. O IPCA registrado foi superior ao centro da meta que era de 4,25% para o ano. A inflação foi impactada, principalmente, pelo aumento no preço da carne no final do ano e pela alta de preços administrados, como combustíveis e energia elétrica.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou uma forte valorização em relação ao Real em 2019, fechando o ano em R\$ 4,03³ depois de ter atingido R\$ 4,25⁴, em novembro deste ano, maior valor nominal desde a implementação do Plano Real tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de fatores como a incerteza sobre o cenário econômico brasileiro, somado a fatores internacionais, em especial à guerra comercial envolvendo EUA e China em relação a tarifação mútua sobre importações. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 47 bilhões⁵, redução de 19,6% quando comparado ao ano de 2018 e o menor valor registrado em quatro anos.

Quanto ao cenário internacional, a guerra comercial entre EUA e China permaneceu em voga ao longo de 2019 e contribuiu para a volatilidade verificada nos mercados internacionais, bem como para a redução das projeções de crescimento da economia global. Tal situação, no entanto, apresentou leve arrefecimento ao final do período, haja vista que as duas principais economias globais concluíram a primeira fase de um acordo, favorecendo países emergentes, o que pode ser verificado pela significativa redução do risco-país do Brasil.

¹ Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 04 de janeiro de 2019.

² Estimado pelo último relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) em 06 de janeiro de 2020.

³ Fonte: Banco Central.

⁴ Fonte: Banco Central.

⁵ Fonte: Ministério da Economia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

Contudo, tal estratégia foi impactada por um acirramento da competição no mercado brasileiro, verificado pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limitou a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor.

O setor manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

As notícias sobre a tecnologia do 5G têm gerado discussões pelo mundo. A implantação dessa tecnologia vai trazer resultados muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, a crescente demanda por Banda Larga Fixa consolidou a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2019, a TIM introduziu no segmento pós-pago de alto valor o conceito de hub de entretenimento com o lançamento da oferta TIM Black Família. Com esta oferta além das funcionalidades tradicionais dos planos família (compartilhamento e controle de consumo) a Companhia buscou dar maior ênfase a conteúdos digitais (filmes, séries, músicas, jornais e revistas), buscando atender a demanda dos consumidores por novas formas de entretenimento. Hoje o TIM Black Família representa acima de 60% das vendas do pós-pago de alto valor.

Para o pré-pago a inovação veio através da simplificação das ofertas com o TIM Pré TOP. Com esta proposição a Companhia buscou dar maior visibilidade dos gastos que os clientes desse segmento tem com a utilização dos serviços além de oferecer pacote com serviços de voz e dados mais atraentes. Com esse lançamento e uma comunicação consistente a TIM voltou a ser líder em pesquisa de *Top of Mind* conduzidas internamente.

3.2. Estratégia

A estratégia da TIM, visa acelerar a transformação digital e melhorar a experiência do cliente com mais qualidade e uma proposta de valor mais atraente, aproveitando a 2ª onda de *upselling* Móvel, FTTH e outras fontes de receita (ex. B2B e serviços digitais).

Para o ano de 2019, foram planejadas 5 frentes estratégicas prioritárias focadas em seus principais *stakeholders*: seus clientes, seus colaboradores e seus acionistas.

Na visão da Companhia, essas frentes estratégicas representam 4 ondas de crescimento com capacidade para alavancar seus resultados que, somadas ao Plano de Eficiência, tem o potencial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

de tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado de telecomunicações, aumentar sua rentabilidade aos acionistas e ter colaboradores mais engajados em uma cultura centrada no cliente.

As ondas de crescimento mencionadas anteriormente são divididas nas áreas abaixo:

Consumer:

As ações voltadas para o segmento B2C possuem abordagens distintas para os públicos pré e pós pagos. Enquanto que para o público pré-pago as ações visam a simplificação das ofertas com a consequente melhora na experiência do cliente e aumento na recorrência das recargas, para os clientes pós-pagos a abordagem baseada em valor, com estímulo à para planos superiores, somados à liderança no 4G e nas iniciativas de fidelização, são o vetor dessa onda de crescimento e buscam aumentar a rentabilidade da base de clientes e acelerar o movimento de volume para valor.

B2B:

Com o objetivo de elevar a participação neste mercado e aumentar a representatividade desse segmento nas linhas de receita da Companhia, a TIM tem trabalhado com foco em verticais específicas, como a do agrobusiness. Com iniciativas com o ConectarAgro a intenção é levar a conectividade através da tecnologia IoT em 4G ao campo brasileiro, auxiliando na modernização e automatização das fazendas e lavouras.

Digital:

Na frente Digital, a TIM está buscando atuar em novas fontes de receita como um provedor de plataformas (analytics, BD, publicidade móvel, serviços financeiros, etc), com vistas a ir além da simples conectividade. Adicionalmente, a inclusão de ofertas de conteúdos também foi adotada para suportar o crescimento das receitas de serviços móvel/fixo.

Infraestrutura:

O desenvolvimento de uma infraestrutura robusta e capaz de atender demanda por capacidade e qualidade é um dos pilares do negócio da TIM bem como uma diretriz relevante para o direcionamento dos investimentos realizados pela Companhia. Neste sentido, a Companhia atua com uma abordagem de Smart Capex, buscando tornar os investimentos mais eficientes e proporcionando uma monetização melhor dos mesmos. Para tanto, a TIM desenvolve projetos de refarming de espectro para ampliar a capacidade da rede móvel, testa e implementa novas tecnologias como o 5G e antenas Massive-MIMO, fortalece sua participação no mercado de atacado de rede fixa através de parcerias e constrói de forma conjunta infraestrutura com outros players do mercado. Os resultados de ampliação de cobertura para a rede móvel em 4G e 4.5G, bem como a expansão da abrangência da rede de transporte de fibra ótica e da cobertura em FTTH são demonstrações dos resultados dessa estratégia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento são diferenciais da nossa marca empregadora.

Em 2019, algumas práticas foram destaque na Pesquisa de Clima anual, que apresentou resultados expressivos, como o aumento da favorabilidade geral em 6pp, chegando a 81%, colocando a Companhia entre os 10% melhores resultados do ranking da Korn Ferry (P90), consultoria responsável pela pesquisa. Entre os fatores em destaque na comparação com 2018, Aprendizagem e Desenvolvimento cresceu +12 p.p. e está + 4p.p. acima da média do P90. Também apresentaram importante evolução os fatores Clareza e Direcionamento (+9 p.p.) e Confiança na Liderança (+8 p.p.), que comprovam o reconhecimento dos colaboradores em relação à comunicação da estratégia e o comprometimento da liderança com os valores da TIM.

A inovação, nosso posicionamento de mercado, também se destaca entre os fatores mais reconhecidos entre nossos colaboradores, refletindo o alto engajamento com o tema e o sucesso de ações como a campanha 5G, ConectarAGRO e 4G TIM no Campo.

Os resultados da pesquisa de clima da TIM em 2019 consolidam o alto engajamento do time e também indicam temas a priorizar também em 2020, como suporte organizacional, que mesmo apresentando crescimento expressivo em relação a 2018, ainda requer foco, confirmando a importância do projeto Renova TIM. Iniciado em 2019, o projeto inclui, entre outras iniciativas, mudanças e reformas de sedes e renovação de equipamentos.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2019 com 9.700 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,1% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,8% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 210 estagiários e 257 jovens aprendizes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da Companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da Companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$ 8,8 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2019.

Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a Companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de desempenho.

Para atrair os melhores alunos do mercado e treinar nossos futuros profissionais, o Programa de Estágio traz para a TIM jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de equipe e, especialmente, interesse por desafios e inovação.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e também desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema por meio de uma linha editorial de comunicação interna e externa focada na valorização da diversidade e trouxemos no TIM Talks, nossa semana de desenvolvimento dedicada a todos os colaboradores, ações com abordagem e representatividade das diferentes dimensões de diversidade.

Além dessas iniciativas, em julho de 2019, foi criada a área de *People Caring & Inclusion Management* com a missão de construir e gerenciar políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio e cultura organizacional, valorizando a contribuição de cada colaborador na TIM. O plano de diversidade e inclusão prevê a criação de comitê, grupos de diversidade e inclusão e implementação de ações focadas nos pilares de gênero, LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência. Ações iniciais de treinamento foram realizadas no 4º trimestre de 2019 e o plano em sua totalidade será implementado ao longo de 2020.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM Participações a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020”, respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o Plano 2014-2016 não possui premissa de atingimento de meta e o seu exercício está condicionado à favorabilidade do preço de mercado na ocasião do exercício, de forma comparativa ao Preço de Exercício. Por sua vez, o Preço de Exercício de ambos os Planos é calculado tendo como referência o Preço Base da Ação, ajustado, para mais ou para menos, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Em relação ao exercício do Plano 2018-2020, a concessão de ações da Companhia está sujeita a condições de tempo e desempenho (atingimento de metas específicas). Tais condições de desempenho podem ainda variar a quantidade de ações concedidas, para mais ou para menos, em função dos critérios definidos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos. Já para o Plano 2018-2020, o prazo de vigência possui a periodicidade de 3 anos, que é a mesma relacionada à sua carência (*Vesting*).

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-5.167.933	0
1ª Concessão	2.833.595	-1.532.132	-1.301.463	0
2ª Concessão	2.661.752	-896.479	-1.765.273	0
3ª Concessão	3.072.418	-971.221	-2.101.197	0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	-3.411.676	-4.622.968	930.475
1ª Concessão	1.687.686	-59.935	-1.249.465	378.286
2ª Concessão	3.355.229	-1.576.301	-1.646.080	132.848
3ª Concessão	3.922.204	-1.775.440	-1.727.423	419.341

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Exercidas	Ações Expiradas	Ações Não Exercidas
Plano 2018 - 2020	1.780.594	-115.949	-514.064	1.150.581
1ª Concessão	849.932	-115.949	-480.646	253.337
2ª Concessão	930.662	0	-33.418	897.244
3ª Concessão	0	0	0	0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2020, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de *Biosites*, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 94% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Do total de R\$ 3,85 bilhões investidos em 2019, 93,4% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo aproximadamente 298 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência (35 ao final do 4T), sendo 14 DCC (Data Center Core) e 21 DCE (Data Center Edge);
- Expansão do VoLTE, disponível em mais de 3.400 cidades;
- Assinatura de acordos com a Vivo voltados para o compartilhamento de infraestrutura de rede móvel 2G, 3G e 4G;
- Implementação dos "5G Living Lab TIM" - centros de referência na realização de testes do 5G com foco em promover a aplicabilidade da tecnologia e explorar as oportunidades de novos modelos de negócio;
- Expansão da capacidade de rede através da solução *Massive MIMO*;
- Consolidação da rede *NB-IoT* presente em mais de 3.300 municípios, cobertura que habilitará a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, como também em municípios mais afastados das capitais, sendo a TIM pioneira ao lançar simultaneamente esta plataforma com tamanha abrangência, com o intuito de alavancar o ecossistema de desenvolvedores de soluções.

A liderança na cobertura 4G foi mantida pela TIM, alcançando 3.477 cidades, ou 94% da população urbana do país ao final de 2019, registrando expansão de 36% A/A nos elementos de rede nessa tecnologia no período.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2019	2018	%A/A
Cidades 4G	3.477	3.272	6,3%
das quais 700 Mhz habilitadas	2.313	1.426	62,2%
das quais VoLTE habilitadas	3.401	2.522	34,9%
População Urbana Coberta (4G)	94%	93%	1,3p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	81%	65%	16,2p.p.
das quais VoLTE habilitadas	93%	76%	17,0p.p.
Cidades 3G	3.283	3.169	3,6%
População Urbana Coberta (3G)	92%	92%	0,3p.p.

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 19.812 sites, sendo 61% conectados através de *backhaul* de alta capacidade, para o mesmo período.

Em relação a infraestrutura de transporte, a **Companhia alcançou 100 mil km fibra ótica para *backbone e backhaul***, um avanço de 11,9% A/A.

A cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 2,3 milhão de domicílios em FTTH, 3,6 milhões em FTTC, perfazendo um total de 5,5 milhões de domicílios em 25 cidades⁶.

⁶ Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP),

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. **Ao final de 2019, a TIM alcançou um total de 1.582 *Biosites* ativos.**

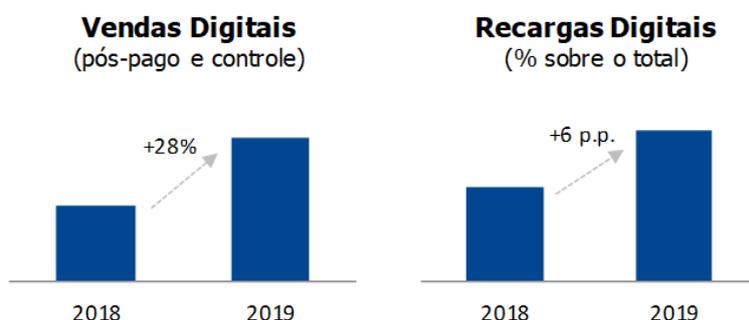
Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

5.2. Qualidade e Experiência do Usuário

Ao longo de 2019, a TIM acelerou em diversas iniciativas inovadoras de transformação digital, tais como: (i) desenvolvimento de soluções com o uso de inteligência artificial visando operar com maior eficiência em seus canais de venda, atendimento e comunicação; (ii) novas soluções que trazem maior empoderamento ao usuário, por meio de nossa mentalidade de *self-caring*, *self-provision* e *self-healing*. Com base nessa perspectiva, nossos resultados no ano comprovam que temos obtido sucesso nesse processo.

As vendas através de canais digitais, no pós-pago e controle *consumer* apresentaram crescimento de 28% A/A em 2019. Enquanto isso, o *mix* de recargas eletrônicas segue ganhando maior relevância entre os canais de vendas, com crescimento de 6 p.p. em 2018.

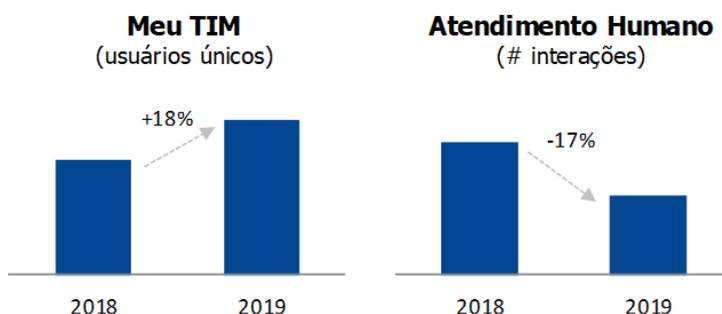


Visando oferecer a melhor experiência em atendimento, o aplicativo Meu TIM apresentou resultados consistentes durante o ano, simplificando os processos de *caring* – reduzindo, assim, a comunicação por meio de *call centers* – e dando maior transparência e controle aos clientes no momento de gerenciarem seus planos. Dessa forma, em 2019, o crescimento de 18% A/A do

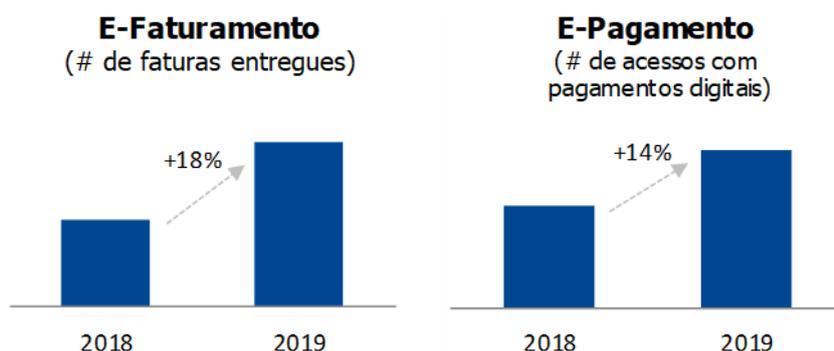
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

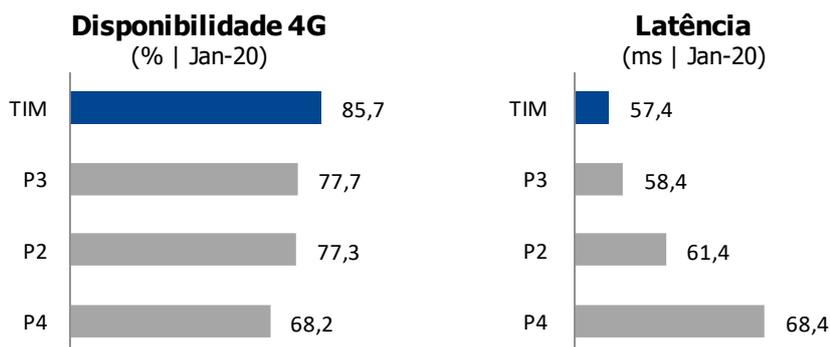
número de usuários únicos na plataforma, junto a redução de 17% A/A nas interações via atendimento humano, reforçam a importância desse canal.



Da mesma forma, os mecanismos digitais de faturamento e pagamento mantiveram seu ritmo de crescimento durante 2019. As faturas entregues por canais digitais apresentaram aumento de 18% A/A, enquanto o número de acessos realizando pagamentos por meio de canais digitais evoluiu 14% A/A. Além disso, nesse ano, a TIM também ofereceu a seus clientes soluções por um novo canal digital: a possibilidade de fazer recargas e consultas de saldo e franquia, além do recebimento de fatura através do WhatsApp.



Como resultado dessa evolução, **o tráfego de dados no 4G ultrapassou os 85% do total** (uma alta de 9 p.p.) em comparação com o ano anterior. Esse importante marco garantiu que a TIM atestasse mais uma vez a qualidade superior de sua rede 4G, conforme notícia veiculada pelo Tecnoblog em Jan/20. Isso significa que os nossos clientes navegaram através do 4G com maior frequência – 85,7% do seu tempo conectado (desempenho 8 p.p. acima da segunda colocada). Além disso, a Companhia obteve a **liderança também no indicador de latência, com 57,4 ms**, que corresponde ao tempo que a informação leva para ser enviada ao usuário.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel brasileiro apresentou retração no total de acessos pelo 19º trimestre consecutivo. A dinâmica de consolidação de *SIM Cards* do pré-pago continuou a ser observada no 4T19. Apesar deste fator, intensificado pelo efeito sazonal de maiores desconexões no último trimestre do ano, a redução de 13,0 milhões de acessos nos últimos 12 meses foi o melhor desempenho relativo para o segmento em 5 anos. As adições líquidas do pós-pago atingiram 10,0 milhões de acessos no acumulado do ano. Pouco mais da metade deste resultado foi originado por linhas humanas (*ex-M2M*), cuja contribuição positiva para o setor vem desacelerando A/A desde o 2T18, atingindo neste período o menor patamar desde o final de 2016, +6,5% A/A.



Fonte: Anatel

6.2. Desempenho da TIM

A TIM encerrou 2019 com uma base de 54,4 milhões de linhas ativas, uma redução de 2,6% A/A. Apesar do sólido desempenho no pós-pago, a desconexão no pré-pago impactou negativamente a base total.

A base de clientes pós-pago totalizou 21,5 milhões de usuários no final de 2019, aumento de 6,1% na comparação anual, adicionando 1,2 milhão de clientes à base, que teve como principal razão de crescimento as novas ativações.

No pré-pago, a base totalizou 33,0 milhões de clientes ao final de 2019. As desconexões líquidas acumularam 2,7 milhões de linhas no ano, consequência da dinâmica do pré-pago, caracterizada simultaneamente por elevados volumes de ativações e cancelamentos. Neste sentido, o lançamento do TIM Pré Top mostrou-se uma estratégia acertada, trazendo consistência na oferta e traduzindo-se em uma melhora nas aquisições recorrentes, em um aumento nos gastos por recarregador e em uma melhora da percepção dos clientes.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **O 4G finalizou o período com 38,6 milhões de usuários.** Na comparação anual, o crescimento foi de +12,0%, explicado pela migração dos usuários 3G para o 4G;

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

- A base de M2M e Terminais de dados fechou o trimestre com 3,6 milhões de linhas, +67,5% A/A.

6.3. Segmento Fixo

A base da TIM Live totalizou 566 mil acessos em 2019, crescimento de 21,1% na comparação anual. As adições líquidas foram de 99 mil clientes no acumulado do ano, sendo 119 mil em tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*).

A TIM Live continua com seu foco no investimento para expansão de tecnologia de conexão com ofertas de maior velocidade e ótima estabilidade. Até dezembro, a Companhia já possuía 25 cidades, estando presente em 23 delas com o FTTH.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2019	2018	%A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida	17.377	16.981	2,3%
Receita de Serviços	16.597	16.206	2,4%
Serviço Móvel	15.648	15.354	1,9%
Gerada pelo Cliente	14.372	14.044	2,3%
Interconexão	477	712	-33,0%
Outras Receitas	799	598	33,5%
Serviço Fixo	949	852	11,3%
dos quais TIM Live	491	376	30,6%
Receita de Produtos	780	775	0,6%

No acumulado de 2019, a **Receita Líquida Total** alcançou R\$ 17.377 milhões, crescimento de **2,3% A/A** suportada pela **Receita Líquida de Serviços**, que avançou **2,4% A/A** e pela Receita Líquida de Produtos que cresceu 0,6% A/A, demonstrando o melhor *mix* de vendas contribuindo para a elevação do preço médio dos aparelhos vendidos, compensando um volume de vendas inferior.

O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

A Receita do Serviço Móvel (RSM) avançou R\$ 294 milhões ou 1,9%, atingindo R\$ 15.648 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O crescimento desta linha foi resultado, principalmente, da dinâmica do ARPU móvel (Receita Média Mensal Por Usuário), influenciado principalmente pelo maior dispêndio por cliente no pré-pago, além dos esforços contínuos da companhia em monetizar sua base de clientes pós pago através das migrações para planos de maior valor.

A Receita Gerada pelo Cliente (RGC), que é composta pelas Receitas de Voz Local, Voz Longa Distância e Dados & Conteúdo, **apresentou crescimento de 2,3% A/A em 2019**, influenciada pelo processo de migrações entre segmentos e intra-segmentos, que busca aumentar a penetração de ofertas de maior valor.

A Receita de Interconexão registrou queda de 33,0% atingindo R\$ 477 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O resultado dessa linha segue impactado pela combinação da redução nas tarifas VU-M e um menor crescimento no tráfego entrante.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As Outras Receitas Móveis encerraram 2019 com aumento de 33,5% A/A, registrando R\$ 799 milhões no acumulado do ano. O desempenho dessa linha continua sendo impactado, principalmente, pela receita gerada por contratos de compartilhamento e *swap* de rede. O aumento no volume de compartilhamento está alinhado com a estratégia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (*Capex* e *Opex*).

A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 949 milhões, alta de 11,3% A/A, impulsionada pelo crescimento da TIM Live (+30,6%) mais que compensando a queda de 3,9% na receita de outros negócios do segmento fixo.

Em 2019, o **ARPU da Live ficou em R\$ 80,9, registrando crescimento de 8,0% A/A**, desempenho explicado pela penetração de ofertas de maior valor com velocidades maiores. No ano, a Receita da Live passou a representar 52% do total do Fixo.

A Receita de Produtos totalizou R\$ 780 milhões, um crescimento de 0,6% comparado a 2018, refletindo o melhor mix de vendas contribuindo para a elevação do preço médio dos aparelhos vendidos, compensando um volume de vendas inferior.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2019	2018	%A/A
R\$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(9.049)	(10.609)	-14,7%
Custos Normalizados* da Operação	(10.579)	(10.610)	-0,3%
Pessoal	(1.005)	(994)	1,1%
Comercialização	(3.428)	(3.626)	-5,5%
Rede e Interconexão	(3.510)	(3.661)	-4,1%
Gerais e Administrativos	(628)	(579)	8,6%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(932)	(884)	5,4%
Provisão para Devedores Duvidosos	(748)	(545)	37,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(328)	(322)	1,9%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(9.647)	(9.726)	-0,8%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 11 mil no 2T19, +R\$ 1,5 milhão no 1T19, +R\$ 431 mil no 4T18, +R\$ 1,1 milhão no 2T18 e +R\$ 220 mil no 1T18), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 75,2 milhões no 3T19, -R\$ 1.720 milhões no 2T19 e -R\$ 159,1 milhões no 4T18), serviços jurídicos associados à decisão judicial do PIS/COFINS (+R\$ 4,4 milhões no 3T19 e +R\$ 3,5 milhões no 2T19), revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal, para contingências fiscais e para contingências cíveis (+R\$ 11,2 milhões no 3T19, +R\$ 221,8 milhões no 2T19 e +R\$ 156,5 milhões no 4T18) e perdas contratuais (+R\$ 22,4 milhões no 3T19).

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2019 totalizaram R\$ 9.049 milhões, uma melhora de 14,7% em relação aos custos reportados em 2018. Essa linha foi impactada por despesas não recorrentes no valor de R\$ 1.530 milhões, resultado líquido dos efeitos relacionados a itens explicados na nota de rodapé da tabela acima. **Desconsiderando os efeitos não recorrentes, os Custos e Despesas Normalizados Totais reduziram 0,3% no ano, totalizando R\$ 10.579 milhões em 2019.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Plano de Eficiência atingiu aproximadamente 80% da meta estabelecida para o ano de 2019. Apesar dos esforços no estrito controle de custos, a inadimplência foi um ofensor relevante, impactando o atingimento da meta anual. Excluindo esse efeito, o atingimento seria superior a 110%. No acumulado do período, as iniciativas do plano geraram economias que somaram aproximadamente R\$ 600 milhões.

Uma análise do detalhamento das despesas operacionais do ano está apresentada abaixo:

Pessoal Normalizado alcançou R\$ 1.005 milhões em 2019, apresentando alta de 1,1% em relação a 2018, impactada, principalmente, pela inflação do ano anterior, que corrigiu a base de salários e benefícios.

Comercialização reduziu 5,5% A/A, atingindo R\$ 3.428 milhões refletindo os ganhos de eficiência gerado através da digitalização de processos e pela redução das despesas com FISTEL. Tais efeitos foram parcialmente impactados pelo direito de uso da marca TIM⁷.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou queda de 4,1% A/A, quando comparada com 2018. Este resultado foi influenciado por (i) queda na tarifa de terminação móvel (VU-M) e (ii) menor pressão do tráfego sainte para outras operadoras. O subgrupo Rede teve movimento oposto e foi negativamente impactado por maiores custos com compartilhamento e aluguel de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2019 com um crescimento de 8,6% em relação a 2018, com leve aumento de participação no Opex normalizado total para 5,9%.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R\$ 932 milhões, aumento de 5,4% quando comparado a 2018. No período, apesar da redução no volume de vendas, houve um aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) em 2019, atingiram R\$ 748 milhões, um aumento de 37,3% frente ao resultado de 2018, explicada pelo aumento da base de receita exposta à inadimplência, em função do aumento da base pós-paga, além de um ambiente macroeconômico ainda desafiador (desemprego, renda e endividamento das famílias). Tivemos, ainda, algumas mudanças de sistemas e processos internos ao longo do primeiro semestre, bem como um incremento no nível da PDD resultante do aumento no número de clientes desconectados pela companhia.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Normalizadas totalizou R\$ 328 milhões, crescimento de 1,9% A/A no acumulado do ano, uma vez que a redução das receitas foi compensada pela redução na contribuição do FUST/FUNTEL, deixando a participação da mesma sobre o OPEX total normalizado em 3,1%, apenas 0,1 p.p. superior a 2018.

⁷ No dia 17 de maio, a TIM Participações e a Telecom Itália celebraram contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Part e suas subsidiárias o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R\$ 51,7 por adição bruta em 2019, uma redução de 5,1% A/A.

Apesar do aumento do SAC, a relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, permaneceu em um nível de 2,2 meses em 2019, frente a 2,4 meses em 2018.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2019	2018	%A/A
R\$ milhões			
EBITDA Reportado	8.328	6.372	30,7%
Margem EBITDA Reportada	47,9%	37,5%	10,4p.p.
Depreciação & Amortização	(4.189)	(3.954)	5,9%
Depreciação	(2.313)	(2.250)	2,8%
Amortização	(1.876)	(1.704)	10,1%
EBIT	4.139	2.418	71,2%
Margem EBIT	23,8%	14,2%	9,6p.p.
Resultado Financeiro Líquido	614	(537)	n.a.
Despesas financeiras	(816)	(951)	-14,3%
Receitas financeiras	1.430	413	246,5%
Variações cambiais, líquidas	(1)	1	n.a.
Lucro antes dos impostos	4.753	1.880	152,8%
Imposto de renda e cont. social	(988)	665	n.a.
Lucro Líquido	3.765	2.545	47,9%
EBITDA Normalizado*	6.798	6.371	6,7%
Margem EBITDA Normalizada*	39,1%	37,5%	1,6p.p.
EBIT Normalizado*	2.609	2.417	8,0%
Margem EBIT Normalizada*	15,0%	14,2%	0,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(504)	(604)	-16,6%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(57)	(262)	-78,3%
Lucro Líquido Normalizado*	2.049	1.552	32,1%
Total de Itens Normalizados	1.716	994	72,7%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19, +R\$ 1,5 milhão no 1T19, -R\$ 2,1 milhões no 4T18, +R\$ 1,1 milhão no 2T18 e +R\$ 220 mil no 1T18). Resultado financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 66,4 milhões no 3T19, -R\$ 1.051 milhões no 2T19 e -R\$ 66,2 milhões no 4T18). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+35,2 milhões no 3T19, +R\$ 865 milhões no 2T19 e + 23,4 milhões no 4T18), por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19) e pelo crédito fiscal devido à incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. (-R\$ 950 milhões no 3T18).

EBITDA

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 6,8 bilhões em 2019, um crescimento de 6,7% A/A. As principais alavancas que contribuíram para esta performance foram: (i) crescimento da Receita de Serviço Móvel, (ii) aceleração no crescimento da receita do serviço fixo e (iii) manutenção de um forte controle de custos/despesas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2019 em 39,1%, 1,6 p.p. de acréscimo na comparação A/A, mantendo a trajetória de crescimento dos últimos 5 anos.

A exposição do EBITDA a VU-M cresceu 0,2 p.p. fechando o ano de 2019 com a exposição em 0,03%. A dinâmica deste indicador tende a ser um pouco mais volátil e ligada a dinâmica do tráfego off-net (entrante vs. saínte).

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

D&A apresentou incremento de 5,9% A/A em 2019, explicada, principalmente, pelo crescimento no investimento em *software* dedicados ao processo de digitalização e pela licença de 700MHz (a amortização da licença começa após a ativação das cidades). **O EBIT Normalizado cresceu 8,0% A/A no ano**, enquanto O EBIT reportado apresentou crescimento 71,2% A/A em 2019. A margem EBIT normalizada fechou o ano em 15%, expandindo 0,8 p.p. contra 2018.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido normalizado foi negativo em R\$ 504 milhões, uma melhora de R\$ 100 milhões se comparado ao mesmo período em 2018. Já o Resultado Financeiro reportado foi positivo em R\$ 614 milhões.

Imposto De Renda E Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Reportado em 2019 foi negativo em R\$ 988 milhões, ou -R\$ 57 milhões na visão normalizada (vs. R\$ 665 milhões positivo em 2018, impactado pelo crédito fiscal devido à incorporação da TIM Celular pela TIM S.A., ou -R\$ 262 milhões na visão normalizada). **No acumulado do ano a alíquota efetiva ajustada registrou o valor de -2,7%.**

Lucro Líquido

O Lucro Líquido Normalizado pelos efeitos descritos anteriormente totalizou R\$ 2,0 bilhões, avanço 32,1% A/A, enquanto Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,85 comparado com R\$ 0,64 no ano anterior.

O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 3,8 bilhões, crescimento de 47,9% A/A com LPA de R\$ 1,56 versus R\$ 1,05 em 2018.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2019	2018	%A/A
R\$ milhões			
EBITDA Normalizado*	6.798	6.372	6,7%
Capex	(3.853)	(3.831)	0,6%
EBITDA Normalizado* - Capex	2.945	2.541	15,9%
Capital de Giro	(829)	372	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	-	1	-100,0%
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	2.116	2.912	-27,3%
Limpeza 700MHZ	-	(143)	-100,0%
Fluxo de Caixa Operacional	2.116	2.769	-23,6%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Capital de Giro normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19) e conforme itens apontados na seção de Resultado Financeiro Líquido (+R\$ 66,4 milhões no 3T19 e +R\$ 1.051 milhões no 2T19), sendo estes realocados sob o Fluxo de Caixa das atividades não-operacionais.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Normalizado (FCOL) excluindo a licença de 700 MHz, foi positivo em R\$ 2.116 milhões, uma redução de R\$ 653 milhões comparado a 2018. Este resultado reflete principalmente uma variação do capital de giro mais negativa em R\$ 1.200 milhões, ocasionada, majoritariamente, por uma redução das contas de Fornecedores, além do aumento no contas a receber resultado de uma maior base de receita oriunda do segmento pós-pago.

CAPEX

Em 2019, os investimentos cresceram 0,6% A/A, totalizando R\$ 3.853 milhões e continuaram sendo destinados à infraestrutura (93,4%), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHz, rede de transporte e expansão do FTTH.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta no final de 2019 ficou em R\$ 3.415 milhões, um crescimento de R\$ 80 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.428 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 42 milhões (reduzindo a dívida bruta).

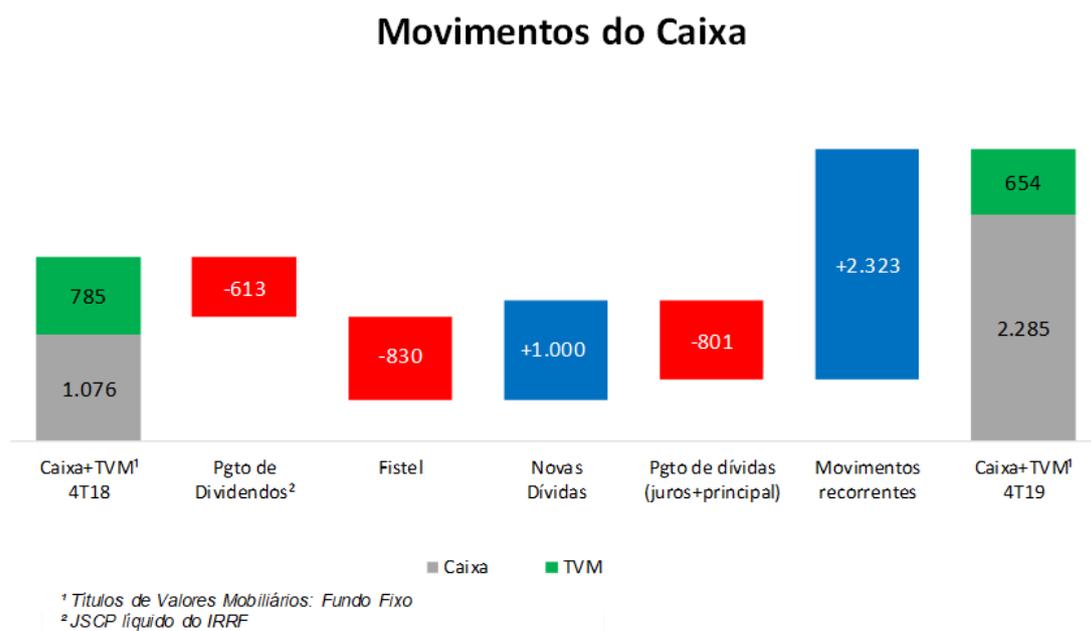
A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (59% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES e Debêntures. Aproximadamente 11% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo o *leasing* foi de 5,7% a.a., uma redução quando comparado ao custo de 8,2% a.a. de 2018.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



Em 2019, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 2.939 milhões, registrando crescimento de R\$ 1.079 milhões A/A. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos nos últimos 12 meses são apresentados a seguir:



No acumulado do ano, o rendimento financeiro médio foi de 5,9% a.a comparado com 6,5% a.a no mesmo período do ano anterior, acompanhado a redução da taxa Selic.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,07x em 2019, uma redução comparada aos 0,23x de 2018. Em 2019, a Dívida Líquida totalizou R\$ 476 milhões, queda de R\$ 989 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 1.465 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

8. Responsabilidade Social

As Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental da Companhia orientam as ações e iniciativas e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, compromisso voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Os dez princípios do Pacto Global organizados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção são utilizados como diretrizes para a condução do negócio da Companhia.

Em novembro de 2019 a TIM foi confirmada pelo 12º ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, lista que contempla ações das empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e governança corporativa, mantendo-se como a empresa do setor de telecomunicações por mais anos consecutivos na lista.

A Companhia possui Política de Gestão da Mudança do Clima que estabelece diretrizes de gestão das suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e também publica o inventário de GEE na plataforma do Registro Público de acordo com a metodologia do Protocolo GHG. Em 2019 pelo sétimo ano o inventário de GEE foi qualificado com selo ouro.

Instituto TIM

Fundado em julho de 2013, o Instituto TIM (www.institutotim.org.br) tem a missão de desenvolver recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação, por meio de projetos de educação matemática e científica para crianças e jovens e da elaboração de tecnologias livres que contribuam para a implementação de políticas públicas.

As ações do Instituto TIM já alcançaram aproximadamente 500 municípios, em todos os 26 estados e Distrito Federal, beneficiando mais de 700 mil pessoas, entre elas, 500 mil estudantes e 15 mil professores.

Ao longo de 2019, as Bolsas Instituto TIM-OBMEP foram oferecidas a 200 medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que ingressaram em universidades públicas e advêm de famílias de baixa renda. O auxílio aos estudantes é fruto da parceria entre o Instituto TIM e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Além de oferecer as bolsas de estudo, o Instituto TIM também patrocina a Cerimônia Nacional de Premiação da OBMEP, em que medalhistas de todo o país recebem o reconhecimento por suas conquistas. O evento conta com a presença de ministros e autoridades e, neste ano, ocorreu em julho.

O *Academic Working Capital* – AWC é o programa de educação empreendedora desenvolvido pelo Instituto TIM que oferece mentoria e apoio financeiro para estudantes universitários que queiram transformar seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em negócios de base tecnológica. Ao longo do ano, os estudantes selecionados participam de workshops e são orientados por monitores para o desenvolvimento de seus negócios. Desde sua criação, em 2015, cerca de 150 projetos de 400 universitários foram apoiados pelo programa. Em 2019, três dos cinco finalistas da *Hackbrasil* - competição internacional organizada pela *Brazil Conference at Harvard & MIT* - foram projetos participantes do AWC,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

sendo que *Aqualuz* conquistou o 2º lugar e sua sócia-fundadora, Anna Luísa Beserra, foi agraciada com o Prêmio Jovens Campeões da Terra, da ONU.

A educação científica compõe uma das linhas de atuação do Instituto TIM. Em 2019, o Instituto TIM deu continuidade à parceria com o Garatea - ISS, programa de educação científica e aeroespacial para crianças. O objetivo do programa é despertar o interesse dos estudantes e o gosto pela ciência de forma prática e divertida. Em julho, o projeto vencedor da Edição 2018/2019 da competição foi lançado à Estação Espacial Internacional (ISS) com apoio da NASA e foi executado com sucesso no espaço. Agora, os jovens estão avaliando os resultados deste experimento. Em dezembro, o projeto vencedor da Edição 2019/2020 foi selecionado: “*A influência da microgravidade sobre a degradação de lactose e o desenvolvimento de bactérias da flora intestinal*” foi desenvolvido por estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Regina Coeli, de Sorriso (MT). O projeto será enviado ao espaço em 2020.

Energia

Alinhada com os princípios de suas Políticas Ambiental e de Gestão da Mudança do Clima, a TIM considera o tema energia como um dos seus desafios. O já esperado aumento do consumo de energia, devido à expansão da infraestrutura de rede, é acompanhado por ações de eficiência energética. Os projetos incluem o desligamento, temporário ou permanente, de equipamentos ociosos; *Decomissioning* – desligamento e remoção de equipamentos do site com objetivo de obter economia de energia e liberar espaço físico para novos projetos, entre outros.

Consumo energético	2019	2018
Eletricidade (MWh)	718.193 ¹	702.681
Combustíveis (L)	1.240.491 ¹	1.385.456

⁽¹⁾ Dados sujeitos à alteração após verificação externa.

Em 2019, a TIM consumiu mais de 350 GWh a partir de fontes de energia renováveis, representando cerca de 50% do consumo da TIM. Em 2020, a previsão é aumentar a participação de fontes renováveis para 60% do consumo total da empresa.

Ao final de 2019, a TIM alcançou um total de 1.582 Biosites ativos. Os Biosites são estruturas com significativa redução no impacto visual e que, além da transmissão de telecomunicações, agregam também na iluminação e segurança através de câmeras de vigilância.

Para mais informações, acesse o Relatório de Sustentabilidade da TIM, que traz os principais resultados financeiros, sociais e ambientais, além de temas importantes para o negócio e para a governança da sustentabilidade da Companhia, assim como nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As iniciativas de investimento social incluem doações, projetos do Instituto TIM e patrocínios. Em 2019 foram investidos mais de R\$ 10 milhões em benefício social, conforme detalhado na tabela abaixo:

Investimento Social Privado 2019 (R\$'000)	
Doações	124
Projetos do Instituto TIM	3.733
Educação	2.585
Aplicações	-
Trabalho	621
Inclusão	457
Outros	70
Iniciativas na Comunidade¹	6.550
Patrocínios esportivos	-
Patrocínios culturais	6.450
Outros	100
Total	10.407

¹ Incentivos Fiscais estão inclusos no montante total investido nesta categoria e representam aproximadamente 95% do investimento em Iniciativas na Comunidade.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

9. Governança Corporativa

9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: <http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/>, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração era formado por 9 (nove) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2019, o CDA se reuniu 14 (quatorze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Executiva, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

O Conselho de Administração tem 2 (dois) comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, podendo haver participação de um ou mais membros em ambos os Comitês, simultaneamente. O Conselho de Administração tem ainda um órgão de assessoramento e instrução vinculado diretamente, o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia era composta por 7 (sete) membros.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2019, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros. Em 2019, o CF se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, compostos por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2019, o CAE se reuniu 22 (vinte e duas) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2019”). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Executiva da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. (“EY”), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2019, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

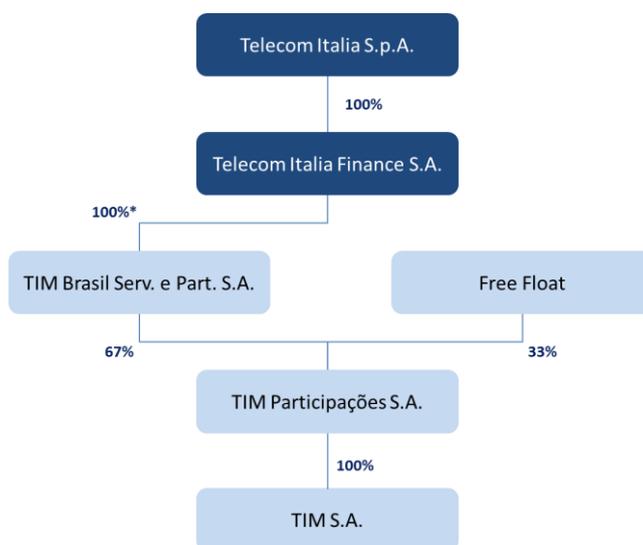
9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o CCR era composto por 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2019, o CCR se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia. Em dezembro de 2019, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2019, o CR se reuniu 4 (quatro) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Estrutura Acionária



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. E Part. S.A.

A Companhia encerrou 2019 com capital social no montante de R\$ 9.913.414.421,74, representado por 2.421.032.479 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações com aproximadamente 67% das ações.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

9.11. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

9.12. Eventos do Exercício e Subsequentes

FITCH atribuiu rating inicial “AAA (BRA)” a TIM

No dia 10 de fevereiro de 2020, a agência de classificação de risco Fitch Ratings (“Fitch”) atribuiu à Companhia o Rating Inicial de Longo Prazo em Escala Nacional “AAA(bra)”, com perspectiva estável. Na visão da Fitch, o rating inicial da TIM reflete o seu forte perfil de negócios, apoiado em sua relevante participação no setor de telefonia móvel, bem como em relação aos seus conservadores indicadores financeiros, com reduzida alavancagem financeira e robusta posição de liquidez. A avaliação incorpora, ainda, a expectativa de que a Companhia apresente um crescente fluxo de caixa das operações e aponta que a empresa está preparada para lidar com o competitivo e regulado setor de telecomunicações no Brasil.

Contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 31 de janeiro de 2020, a TIM S.A., subsidiária integral da Companhia assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$752.479, sendo: (i) R\$325.071 ao custo de IPCA + 1,4386% e sujeito a bônus de adimplência de 15%; e, (ii) R\$427.408 ao custo de IPCA + 1,7582% e sujeito a bônus de adimplência de 15%. O objetivo da linha de crédito é financiar o Capex da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo do período de 2019 a 2022 com prazo total de pagamento de 8 anos, sendo 3 anos de carência e 5 anos de amortização. A operação será garantida por (i) fiança bancária proporcional a 100% do valor de cada desembolso; e (ii) vinculação de recebíveis proporcional a 5% do valor de cada desembolso. Até a presente data, não houve quaisquer desembolsos.

Pedido de registro na categoria “A” da TIM S.A na CVM

Em 28 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão, de pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” para a TIM S.A (“TSA”) perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), nos termos da Instrução da CVM nº 480/09, com a devida reformulação e consolidação do seu Estatuto Social. A Companhia e a TSA ressaltaram que não haverá pedido de registro de Oferta de Valores Mobiliários,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

razão pela qual esse evento não deve ser considerado como anúncio de oferta pública de ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou pela TSA.

TAC (Termo de ajustamento de conduta) da TIM com ANATEL

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta da TIM, que vinha sendo negociando desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

MOU de compartilhamento de infraestrutura entre TIM e VIVO

Em 23 de julho de 2019, a TIM Participações S.A. e a Telefônica Brasil S.A. assinaram um memorando de entendimentos (“MOU”) com o objetivo de iniciar discussões sobre: (i) compartilhamento de rede 2G no modelo Single Grid; (ii) estabelecimento de novos acordos de compartilhamento de infraestrutura de rede 4G na faixa de 700Mhz, direcionados a cidades com menos de 30 mil habitantes, o que poderá ser, posteriormente, expandido a cidades maiores; (iii) outras oportunidades de compartilhamento de rede em outras frequências e tecnologias; e (iv) outras oportunidades de eficiência e redução de custos em Operação e Manutenção de Redes. TIM e Vivo entendem como benéficos os possíveis desdobramentos destas discussões em relação à melhoria na qualidade de serviço para clientes de ambas as operadoras, bem como a eficiência na alocação de investimentos e nos custos operacionais.

Em 23 de julho de 2019, a TIM Participações S.A. e a Telefônica Brasil S.A. assinaram um memorando de entendimentos (“MOU”) com o objetivo de iniciar discussões sobre projetos de compartilhamentos de redes em múltiplas frequências e tecnologias. Com as discussões e negociações avançando em bom ritmo o MOU foi renovado por mais 60 dias a fim de que as empresas possam completar os detalhes dos acordos de compartilhamento.

Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

Em julho de 2019 a Companhia publicou Fato Relevante no qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral uma projeção de distribuição de um montante de R\$ 1 bilhão, aproximadamente, a título de JSCP, referente ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, sendo imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício e *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Neste sentido, a TIM realizou as seguintes distribuições de JSCP, que totalizam aproximadamente R\$ 995 milhões, dentro da projeção previamente disponibilizada pela Companhia ao mercado, e que correspondem a 30,6% do Lucro Líquido ajustado informado acima.

Data de Pagamento	Valor Distribuído	Valor por Ação
29/01/2020	247.747	0,102353024
24/01/2020	378.750	0,156471242
08/10/2019	368.941	0,152419292

Crédito fiscal referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS

Em junho de 2019, em virtude do trânsito em julgado a favor da Companhia, reconhecendo o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, foi apurado e registrado montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A, incorporada pela TIM S.A em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM Participações, através de sua controlada TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Mudança do auditor independente

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2019, a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), como a empresa de auditoria independente da Companhia, para a prestação de serviços de auditoria contábil relativa ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2019, sendo responsável pela revisão das Informações Financeiras Trimestrais a partir do segundo trimestre de 2019, em substituição à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC").

Com o objetivo de garantir o rodízio dos auditores independentes também nas empresas não-listadas, seguindo as melhores práticas de mercado, a Companhia optou por substituir a PWC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

pela EY. Além disso, a Companhia tem oportunidade de capturar sinergias operacionais e financeiras, sob a ótica do Grupo Telecom Italia. A PwC manifestou sua anuência quanto à justificativa da substituição, nos termos do art. 28 da IN CVM nº308/99.

Adoção do IFRS 16

Em 1º de janeiro de 2019 passou a vigorar o IFRS 16 / CPC 06 (R2), nova norma contábil emitida em julho de 2014. A norma exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento (“aluguel”; leases), exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Nesse sentido, o aumento do passivo de arrendamento, devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos, resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração de sua Controladora em 30/07/2019, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

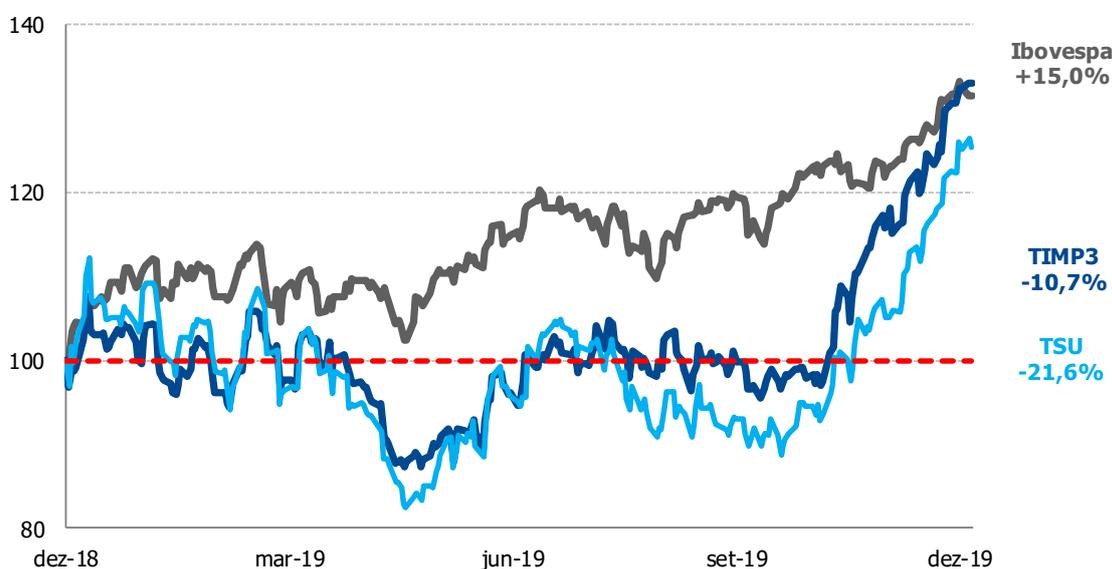
11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM Participações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMP3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TSU.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2019 em 115.645 pontos, acumulando uma alta de 31,6% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 3,5 trilhões.

Performance das Ações da TIM Participações

(Base 100 em 31 de dezembro de 2018; $\Delta\%$ Dez-18 x Dez-19)



Fonte: Bloomberg

A Companhia encerrou 2019 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 15,57 na B3, um crescimento de 33,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US\$ 18,99, aumento de 25,4% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 37,9 bilhões ou US\$ 9,3 bilhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2019

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Considerações Finais

A TIM Participações S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,58% do capital social da TIM Participações em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2020.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS 16 /CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) na mensuração inicial do passivo financeiro de arrendamento de acordo com o novo pronunciamento contábil e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia e a exclusão dos contratos de leasing considerados de baixo valor; (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iv) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

A Companhia possuía quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma em suas demonstrações financeiras da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

	Originalmente reportado	Ajustes	Consolidado Saldos com IFRS 16
	1º. de janeiro de 2019		1º. de janeiro de 2019
Ativo	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Circulante	5.998.126	(8.742)	5.989.384
Contas a receber de clientes	2.838.808	-	2.838.808
Estoques	183.059	-	183.059
Despesas antecipadas (a)	272.060	(8.742)	263.318
Outros ativos	2.704.199		2.704.199
Não Circulante	25.959.763	5.264.856	31.224.619
Realizável a longo prazo	4.074.137	(471)	4.073.666
Contas a receber de clientes	130.308		130.308
Despesas antecipadas (a)	74.381	(471)	73.910
Outros ativos	3.869.448		3.869.448
Imobilizado (b)	11.203.622	5.265.327	16.468.949
Intangível	10.682.004		10.682.004
Passivo e do Patrimônio Líquido	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Total do Passivo	12.163.052	5.256.114	17.419.166
Circulante	7.075.379	785.065	7.860.444
Arrendamento mercantil financeiro (c)	205.048	785.065	990.113
Outros passivos	6.870.331		6.870.331
Não Circulante	5.087.673	4.471.049	9.558.722
Arrendamento mercantil financeiro (c)	964.289	4.471.049	5.435.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-
Outros passivos	4.123.384		4.123.384
Patrimônio Líquido	19.794.837	-	19.794.837
Capital social	9.866.298		9.866.298
Reservas de lucros	9.928.539		9.928.539

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	DRE - Consolidado		
	Saldos sem IFRS 16	Ajustes	Saldos com IFRS 16
Receita líquida de serviços	16.597.155	-	16.597.155
Receita líquida de produtos	780.039	-	780.039
Receita líquida	17.377.194	-	17.377.194
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas (a), (d)	(4.494.914)	1.193.407	(3.301.507)
	12.882.280	1.193.407	14.075.687
	(4.554.127)	122.277	(4.431.850)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (e)	(4.800.325)	70.934	(4.729.391)
Gerais e administrativas (f)	(1.029.343)	51.343	(978.000)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.275.541	-	1.275.541
	8.328.153	1.315.684	9.643.837
Depreciação e amortização (g)	(4.188.837)	(940.144)	(5.128.981)
Receitas (despesas) financeiras	613.533	(592.323)	21.210
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.752.849	(216.782)	4.536.067
Imposto de renda e contribuição social (h)	(987.646)	73.706	(913.940)
Lucro líquido do exercício	3.765.203	(143.076)	3.622.127

Não há impacto relevante em outros resultados abrangentes ou no lucro básico e diluído por ação.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	DFC – Consolidado		
	Saldos sem IFRS 16	Ajustes	Saldos com IFRS 16
Lucro líquido do período antes do IR e CSLL	4.752.850	(216.783)	4.536.067
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades			
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	229.139	592.324	821.463
Depreciação e amortização	4.188.837	940.144	5.128.981
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.749.042	1.315.684	7.064.726
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(3.721.742)	-	(3.721.742)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(827.120)	(1.315.684)	(2.142.804)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.209.280	-	1.209.280
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.075.530	-	1.075.530
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.284.810	-	2.284.810

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- (a) Reclassificação do contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas, anteriormente classificados como despesas antecipadas (nota 11) para o ativo imobilizado – Direito de uso em arrendamento;
- (b) Reconhecimento do ativo - Direito de uso em arrendamento dos aluguéis elegíveis à nova norma;
- (c) Aumento da dívida líquida da Companhia em função da adoção da norma;
- (d) Arrendamento mercantil – Infraestrutura (rede, terrenos e fibra óptica);
- (e) Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e veículo;
- (f) Arrendamento mercantil - Imóveis administrativos e veículos;
- (g) Reconhecimento da depreciação dos ativos mencionados acima;
- (h) Reflexo tributário sobre os ajustes da nova norma.

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 / CPC 32 – Imposto de Renda e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A administração da Companhia concluiu que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 24, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

II As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2019.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamento mercantil*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, conforme divulgado na Nota 2.f., determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. Ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida da subsidiária). As taxas incrementais de juros média da Companhia são de 10,55% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme descrito na nota 14.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Caixa e bancos	61	167	101.928	93.960
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	701	-	2.182.882	981.570
	<u>762</u>	<u>167</u>	<u>2.284.810</u>	<u>1.075.530</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 99,95% (100,27% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
FUNCINE (3)	3.849	5.229
Fundo Soberano (4)	7.329	14.472
FIC: (1)		
Títulos Públicos	179.390	292.708
Operações compromissadas (2)	216.196	289.352
Letra Financeira	105.857	96.868
Outros (5)	145.707	91.441
	<u>658.328</u>	<u>790.070</u>
Parcela circulante	<u>(654.479)</u>	<u>(784.841)</u>
Parcela não circulante	3.849	5.229

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC’s abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2019 dos FIC’s foi de 99,67% (100,81% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões. Em junho de 2019, a Companhia realizou um novo investimento no valor de R\$ 2,2 milhões. A remuneração média em 2019 dos FUNCINE foi de 9,18%.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2019 do Fundo Soberano foi de 97,62% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(⁵) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

A controladora possui R\$12.167 aplicados em cotas do FIC (R\$13.378 em 31 de dezembro de 2018).

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“*unbilled*”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (“*impairment*”).

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Contas a receber de clientes	3.287.855	2.969.116
Contas a receber bruta	4.061.932	3.656.044
Serviços faturados	2.076.569	1.733.229
Serviços a faturar (“ <i>unbilled</i> ”)	858.418	774.484
Uso de rede	438.168	455.228
Venda de mercadorias	670.573	691.312
Ativo contratual (nota 23)	15.142	130
Outras contas a receber	3.062	1.661
Provisão para perda de crédito de liquidação esperada	(774.077)	(686.928)
Parcela circulante	(3.184.780)	(2.838.808)
Parcela não circulante	103.075	130.308

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A parcela não circulante inclui o valor de R\$68.639 (R\$102.960 em 31 de dezembro de 2018) referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	12/2019	Consolidado 12/2018
Saldo inicial	686.928	464.745
Constituição de provisão (nota 28)	748.291	544.881
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC 48	-	130.137
Baixas de Provisão	(661.142)	(452.835)
Saldo Final	774.077	686.928

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	12/2019	Consolidado 12/2018
Total	4.061.932	3.656.044
A vencer	2.576.307	2.459.315
Vencidos até 30 dias	328.457	308.744
Vencidos até 60 dias	146.200	144.309
Vencidos até 90 dias	149.852	117.759
Vencidos a mais de 90 dias	861.116	625.917

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	12/2019	Consolidado 12/2018
Total Estoques	203.278	183.059
Estoques	214.889	189.826
Aparelhos celulares e tablets	146.295	145.819
Acessórios e cartões pré-pagos	61.436	33.621
TIM chips	7.158	10.386
Perdas para ajuste ao valor de realização	(11.611)	(6.767)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.243.633	1.192.765
ICMS	1.201.502	1.152.741
Outros	42.131	40.024
Parcela circulante	(420.284)	(280.254)
Parcela não circulante	823.349	912.511

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	28.383	45.278	3.762.800	905.521
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	428.443	414.408
PIS / COFINS (ii)	-	-	3.244.549	384.093
Outros	28.383	45.278	89.808	107.020
Parcela circulante	(28.383)	(45.278)	(1.395.193)	(347.505)
Parcela não circulante	-	-	2.367.607	558.016

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos dentro do prazo prescricional de até 5 anos.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Em junho de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores, foi registrado o montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A., incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	800.711	896.100
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.931	3.345	295.853	293.349
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	271.611	244.428
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	7.182	9.124
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	56.208	58.268
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	27.434	24.978
Provisão para participação dos empregados	165	624	23.704	22.181
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(13.139)	(22.551)
Juros capitalizados 4G	-	-	(291.783)	(301.525)
Custo atribuído – TIM S.A.	-	-	(67.748)	(82.042)
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS	-	-	(1.023.928)	-
Arrendamento mercantil IFRS16	-	-	209.234	-
Outros	-	-	87.214	74.821
	<u>72.665</u>	<u>57.538</u>	<u>24.931</u>	<u>859.509</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	(72.665)	(57.538)	(72.665)	(57.538)
	-	-	(47.734)	801.971
Parcela imposto ativo diferido	-	-	-	801.971
Parcela imposto passivo diferido	-	-	(47.734)	-

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875,5 milhões (R\$2.862,7 milhões em 31 de dezembro de 2019) , constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2019), valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferi-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2020	229.151
2021	275.425
2022	296.135
2023	-
Prejuízos fiscais e base negativa	800.711
Diferenças temporárias	(848.445)
Total	(47.734)

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$91.731 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$85.812 em 31 de dezembro de 2018).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$125.876 em 31 de dezembro de 2019 (R\$107.092 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
	245.524	346.441
Propagandas não veiculadas (1)	854	76.651
Aluguéis e seguros	75.809	78.005
Swap de rede (2)	-	11.449
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (3)	158.093	173.056
Outros	10.768	7.280
Parcela circulante	(175.868)	(272.060)
Parcela não circulante	69.656	74.381

(1) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(2) Em 1º de abril de 2010, a controlada TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato. O referido contrato enquadra-se no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (02), portanto, foi reclassificado para a rubrica direito de uso em arrendamentos no ativo imobilizado, conforme apresentado na Nota 2.f.

(3) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a/ parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 2 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
	87.049	131.270	1.006.899	1.345.113
Cível	7.203	4.546	355.093	334.028
Trabalhista	38.238	106.335	245.928	492.000
Tributário	1.828	1.763	203.110	299.310
Regulatório	-	-	111	111
Penhora online (*)	39.780	18.626	202.657	219.664

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 69.326 (R\$ 66.700 em 31 de dezembro de 2018).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 73.326 (R\$ 74.358 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.342 (R\$ 10.026 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 18.401 (R\$ 16.719 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.173 (R\$ 10.868 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.878 (R\$ 7.519 em 31 de dezembro de 2018).

- (vi) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.457 (R\$ 4.793 em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.471 (R\$ 3.380 em 31 de dezembro de 2018).
- (viii) Depósito realizado pela TIM S.A - Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 57.943 (R\$ 56.088 em 31 de dezembro de 2018).

13. Investimento - Controladora

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
	TIM S.A	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	42.296.789.606	42.296.789.606
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	22.209.626	19.526.515
Lucro líquido do exercício	3.865.255	2.672.647
Resultado de equivalência patrimonial	3.865.255	2.672.647
Valor do investimento	22.209.626	19.526.515

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	<u>TIM Celular</u>	<u>TIM S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo do investimento em 31 dezembro 2017	16.724.656	1.231.926	17.956.582
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.672.647	2.672.647
Efeito incorporação da TIM Celular (nota 1)	(16.724.656)	16.724.656	-
Opções de compra de ações	-	3.170	3.170
Complemento de aposentadoria	-	(142)	(142)
Juros sobre capital próprio	-	(953.795)	(953.795)
Dividendos complementares	-	(89.828)	(89.828)
Impacto da adoção inicial das novas normas	-	(62.119)	(62.119)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2018	-	19.526.515	19.526.515
Resultado de equivalência patrimonial	-	3.865.255	3.865.255
Opções de compra de ações	-	2.791	2.791
Complemento de aposentadoria	-	(1.935)	(1.935)
Juros sobre capital próprio	-	(1.183.000)	(1.183.000)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de	-	22.209.626	22.209.626

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, pelo montante de R\$ 597.550 (R\$ 362.436 em 2018), sendo prevista a liquidação no início do próximo exercício.

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do imobilizado

Consolidado

	Saldo em dez/18	Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações (*)	Saldo em dez/19
Total do Custo do Imobilizado Bruto	33.832.803	5.256.114	4.855.684	(183.384)	-	(408.118)	43.353.099
Equipamentos de comutação / transmissão	20.806.249	-	17.662	(133.789)	2.121.907	-	22.812.029
Cabos de fibra ótica	762.175	-	-	-	51.414	-	813.589
Aparelhos em comodato	2.313.945	-	519	(20.194)	195.725	-	2.489.995
Infraestrutura (i)	6.133.810	-	-	(18.684)	294.851	(313.130)	6.096.847
Bens de informática	1.679.328	-	-	(9.366)	51.289	-	1.721.251
Bens de uso geral	796.839	-	-	(623)	63.289	-	859.505
Direito de uso em arrendamentos (ii) (Nota 2.f)	-	5.256.114	1.772.290	-	-	(94.988)	6.933.416
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	3.065.213	(728)	(2.778.475)	-	1.585.673
Total Depreciação Acumulada	(22.629.181)	-	(3.262.726)	150.972	-	-	(25.740.935)
Equipamentos de comutação / transmissão	(14.936.069)	-	(1.577.490)	129.998	-	-	(16.383.561)
Cabos de fibra ótica	(345.532)	-	(65.035)	-	-	-	(410.567)
Aparelhos em comodato	(2.132.227)	-	(131.341)	6.705	-	-	(2.256.863)
Infraestrutura (i)	(3.157.890)	-	(440.224)	4.281	-	-	(3.593.833)
Bens de informática	(1.512.114)	-	(62.561)	9.366	-	-	(1.565.309)
Bens de uso geral	(545.349)	-	(45.931)	622	-	-	(590.658)
Direito de uso em arrendamentos (ii) (Nota 2.f)	-	-	(940.144)	-	-	-	(940.144)
Total Imobilizado líquido	11.203.622	5.256.114	1.592.958	(32.412)	-	(408.118)	17.612.164
Equipamentos de comutação / transmissão	5.870.180	-	(1.559.828)	(3.791)	2.121.907	-	6.428.468
Cabos de fibra ótica	416.643	-	(65.035)	-	51.414	-	403.022
Aparelhos em comodato	181.718	-	(130.822)	(13.489)	195.725	-	233.132
Infraestrutura (i)	2.975.920	-	(440.224)	(14.403)	294.851	(313.130)	2.503.014
Bens de informática	167.214	-	(62.561)	-	51.289	-	155.942
Bens de uso geral	251.490	-	(45.931)	(1)	63.289	-	268.847
Direito de uso em arrendamentos (ii) (nota 2f)	-	5.256.114	832.146	-	-	(94.988)	5.993.272
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	3.065.213	(728)	(2.778.475)	-	1.585.673

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em dez/17	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em dez/18
Total do Custo do Imobilizado Bruto	31.166.905	2.746.039	(80.141)	-	33.832.803
Equipamentos de comutação / transmissão	18.766.840	8.974	(48.203)	2.078.638	20.806.249
Cabos de fibra ótica	683.971	20	-	78.184	762.175
Aparelhos em comodato	2.181.630	-	(15.675)	147.990	2.313.945
Infraestrutura	5.652.840	678	(4.562)	484.854	6.133.810
Bens de informática	1.615.325	9	(9.511)	73.505	1.679.328
Bens de uso geral	739.439	286	(2.018)	59.132	796.839
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663
Total Depreciação Acumulada	(20.328.417)	(2.371.362)	70.598	-	(22.629.181)
Equipamentos de comutação / transmissão	(13.373.003)	(1.610.326)	47.260	-	(14.936.069)
Cabos de fibra ótica	(290.699)	(54.833)	-	-	(345.532)
Aparelhos em comodato	(2.016.018)	(124.709)	8.500	-	(2.132.227)
Infraestrutura	(2.697.878)	(463.856)	3.844	-	(3.157.890)
Bens de informática	(1.448.694)	(72.885)	9.465	-	(1.512.114)
Bens de uso geral	(502.125)	(44.753)	1.529	-	(545.349)
Total Imobilizado Líquido	10.838.488	374.677	(9.543)	-	11.203.622
Equipamentos de comutação / transmissão	5.393.837	(1.601.352)	(943)	2.078.638	5.870.180
Cabos de fibra ótica	393.272	(54.813)	-	78.184	416.643
Aparelhos em comodato	165.612	(124.709)	(7.175)	147.990	181.718
Infraestrutura	2.954.962	(463.178)	(718)	484.854	2.975.920
Bens de informática	166.631	(72.876)	(46)	73.505	167.214
Bens de uso geral	237.314	(44.467)	(489)	59.132	251.490
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.486.066	2.736.072	(172)	(2.922.303)	1.299.663

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(*) Outras movimentações compreende:

(i) Em 2019, o arrendamento mercantil “Venda de Torres (*leaseback*)” teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou o componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 313.130.

(ii) No quarto trimestre de 2019, a Companhia implementou uma nova ferramenta que permitiu a administração controlar e calcular de forma automatizada os efeitos contábeis decorrentes dos contratos de arrendamento. Através desta nova ferramenta, foi possível identificar ajustes no montante de R\$94.988 destes ativos (nota 2).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado						
	Arrendame nto - mercantil - rede	Arrenda mento mercantil - veículos	Arrendame nto - mercantil - Lojas & Quiosques e imóveis	Arrendame nto - mercantil - Terrenos (Rede)	Arrendame nto - mercantil - Fibra	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.625.145	6.792	375.286	1.540.685	708.206	5.256.114
Adições no período, líquidas de cancelamento	928.682	5.045	191.597	322.067	324.899	1.772.290
Remensuração	5.841	(500)	5.895	(138.967)	32.743	(94.988)
Depreciação	(387.526)	(4.349)	(93.306)	(183.872)	(271.091)	(940.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.172.142	6.988	479.472	1.539.913	794.757	5.993.272
Vida útil - %	10,98	44,81	21,04	11,97	31,25	

No quarto trimestre de 2019, a Companhia implementou uma nova ferramenta que permitiu a administração controlar e calcular de forma automatizada os efeitos contábeis decorrentes dos contratos de arrendamento. Portanto, essa nova ferramenta permitiu a administração realizar cálculos de forma individualizada, tanto em relação a mensuração dos efeitos de ativo e passivo dos arrendamentos, como também em relação ao cálculo mensal da depreciação e juros que afetam o resultado, que antes da implementação dessa nova ferramenta eram feitos considerando um prazo de depreciação e taxa desconto médios por cada classe de ativos (por exemplo: terrenos e compartilhamento de infraestrutura).

Portanto, através dessa nova ferramenta foi possível realizar a remensuração das contas de depreciação e amortização, receitas (despesas) financeiras e, conseqüentemente, imposto de renda e contribuição social decorrentes dos cálculos individualizados que foram realizados.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2019, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado				
	Saldo em dez/18	Adições/ Amortização	Transferências	Outros movimentações	Saldo em dez/19
Total Custo do Intangível Bruto	29.366.779	961.213	-	(98.633)	30.229.359
Direito de uso de softwares	17.142.641	-	1.041.741	-	18.184.382
Autorizações	7.638.970	26.968	2.255.625	(109.770)	9.811.793
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	(28.874)	169.328
Outros ativos	307.654	-	19.708	-	327.362
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	934.245	(3.317.074)	40.011	209.275
Total Amortização Acumulada	(18.684.775)	(1.876.258)	-	-	(20.561.033)
Direito de uso de softwares	(13.681.086)	(1.412.080)	-	-	(15.093.166)
Autorizações	(4.845.642)	(432.771)	-	-	(5.278.413)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(52.441)	(7.763)	-	-	(60.204)
Outros ativos	(105.606)	(23.644)	-	-	(129.250)
Total Intangível Líquido	10.682.004	(915.045)	-	(98.633)	9.668.326
Direito de uso de softwares (c)	3.461.555	(1.412.080)	1.041.741	-	3.091.216
Autorizações	2.793.328	(405.803)	2.255.625	(109.770)	4.533.380
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	145.761	(7.763)	-	(28.874)	109.124
Outros ativos	202.048	(23.644)	19.708	-	198.112
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	2.552.093	934.245	(3.317.074)	40.011	209.275

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 2018
	Saldo em 2017	Adições/ Amortização	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	
Total Custo do Intangível Bruto	28.549.552	1.139.993	(479.811)	(1.270)	158.315	29.366.779
Direito de uso de softwares	15.957.808	-	1.186.103	(1.270)	-	17.142.641
Autorizações	6.391.394	94.148	1.153.428	-	-	7.638.970
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	384.455	-	(384.455)	-	-	-
Lista de clientes	95.200	-	(95.200)	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	270.687	-	36.967	-	-	307.654
Ativos intangíveis em desenvolvimento	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	158.315	2.552.093
Total Amortização Acumulada	(17.237.025)	(1.799.914)	350.894	1.270	-	(18.684.775)
Direito de uso de softwares	(12.265.391)	(1.416.965)	-	1.270	-	(13.681.086)
Autorizações	(4.497.758)	(347.884)	-	-	-	(4.845.642)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(255.694)	-	255.694	-	-	-
Lista de clientes	(95.200)	-	95.200	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(42.531)	(9.910)	-	-	-	(52.441)
Outros ativos	(80.451)	(25.155)	-	-	-	(105.606)
Total Intangível Líquido	11.312.527	(659.921)	(128.917)	-	158.315	10.682.004
Direito de uso de softwares (c)	3.692.417	(1.416.965)	1.186.103	-	-	3.461.555
Autorizações	1.893.636	(253.736)	1.153.428	-	-	2.793.328
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas (nota 11.3)	128.761	-	(128.761)	-	-	-
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	155.671	(9.910)	-	-	-	145.761
Outros ativos	190.236	(25.155)	36.967	-	-	202.048
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	3.724.587	1.045.845	(2.376.654)	-	158.315	2.552.093

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não sendo necessário nenhum ajuste.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada TIM S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$ 157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e, portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Em 2019 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a TIM Participações como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

No caso da TIM Participações seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMP3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 2018, a rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento era representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que incluía: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis conforme detalhado abaixo.

Em setembro de 2019, este ativo entrou em operação e o saldo remanescente foi transferido para bens em serviços.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.678 milhões, registrando o saldo remanescente a pagar no valor de R\$ 61 milhões como passivo (nota 19), conforme previsto no edital.

A controlada está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.636 (R\$ 6.611 em 31 de dezembro de 2018) de juros e R\$ 735 (R\$ 5.930 em 31 de dezembro de 2018) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$ 904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$ 295 milhões, totalizando R\$ 1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada “EAD”. Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”).

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 6,90% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o exercício. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.375 (R\$ 152.480 em 31 de dezembro de 2018).

Em setembro de 2019, o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo.

- (g) Outras movimentações compreende:

i) A remensuração de valores de autorizações de acordo com a resolução da Anatel 695/18 no montante de R\$109.770.

(ii) Os juros capitalizados em função da aquisição da licença 4G de acordo com IAS 23 / CPC 20 (R1) no montante de R\$40.011, uma vez que a respectiva licença é um ativo qualificável a capitalização de juros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iii) Em 2019, a rubrica "Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas", teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$28.874.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
LT Amazonas	156.378	208.049
	<u>156.378</u>	<u>208.049</u>
Parcela circulante	(4.931)	(22.491)
Parcela não circulante	<u>151.447</u>	<u>185.558</u>

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 316.641 (R\$ 499.823 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Janeiro de 2020 até dezembro de 2020	23.206	4.931
Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	92.826	58.081
Janeiro de 2025 em diante	200.609	93.366
	316.641	156.378

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 156.379 (R\$ 208.049 em 31 de dezembro de 2018) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS 16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$48.991.

Passivo

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
LT Amazonas (i)	276.233	359.987
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.192.596	1.501.695
Outros (iv)	115.973	78.392
Sub-total	1.584.802	1.940.074
Outros arrendamentos (Nota 2.f) e (iii):		-
Arrendamento mercantil - Rede	3.294.261	-
Arrendamento mercantil - Veículos	3.005	-
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	255.857	-
Arrendamento mercantil - Imóveis	243.921	-
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.600.456	-
Arrendamento mercantil - Fibra	798.568	-
Sub-total pela adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2)	6.196.068	-
Total	7.780.870	1.940.074
Parcela circulante	(873.068)	(205.048)
Parcela não circulante	6.907.802	1.735.026

O montante de juros pagos no período findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$592.323.

A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 37.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil (“LT Amazonas”). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Janeiro de 2020 até dezembro de 2020	44.079	8.451
Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	176.315	103.464
Janeiro de 2025 em diante	381.161	164.318
	<u>601.555</u>	<u>276.233</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 601.555. Seu valor presente é de R\$ 276.233, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$ 70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Janeiro de 2020 até dezembro de 2020	187.720	32.734
Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	750.881	449.470
Janeiro de 2025 em diante	1.991.762	710.392
	2.930.363	1.192.596

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 2.930.363. Seu valor presente é de R\$ 1.192.596 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2020	Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	Janeiro de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.388.262	4.284.210	3.617.001	9.289.474	6.196.068
Arrendamento mercantil - rede	623.670	2.291.331	2.059.339	4.974.341	3.294.261
Arrendamento mercantil - veículos	5.039	2.848	-	7.886	3.005
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	82.958	174.338	52.426	309.721	255.857
Arrendamento mercantil - Imóveis	51.317	176.575	156.560	384.452	243.921

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	298.389	1.035.594	1.348.676	2.682.660	1.600.456
Arrendamento mercantil - Fibra	326.889	603.524	-	930.414	798.568

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2019 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 10,55%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 82.110.

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
	6.987	11.770	3.923.035	4.323.374
Moeda nacional	6.624	11.490	3.769.298	4.158.599
Fornecedores de materiais e serviços (a)	6.624	11.490	3.667.152	4.027.092
Interconexão (b)	-	-	67.396	98.060
Roaming (c)	-	-	441	162
Co-billing (d)	-	-	34.309	33.285
Moeda estrangeira	363	280	153.737	164.775
Fornecedores de materiais e serviços (a)	363	280	116.057	137.397
Roaming (c)	-	-	37.680	27.378
Parcela Circulante	6.987	11.770	3.923.035	4.323.374

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Renovação de autorizações (i)	199.363	300.253
Passivo ANATEL atualizado (ii)	126.974	113.547
	<u>326.337</u>	<u>413.800</u>
Parcela circulante	(88.614)	(65.464)
Parcela não circulante	<u>237.723</u>	<u>348.336</u>

(i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 199.363 (R\$ 300.253 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a controlada, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização (“EAD”), onde o total do compromisso assumido pela controlada foi de R\$ 1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 15.f).

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 127 milhões em 31 de dezembro de 2019) o qual ainda está pendente de julgamento.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2019, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maior, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>dez/19</u>	<u>dez/18</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 2,52% a.a.	Jul/22	240.008	578.312
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	374.461	489.421
BNDES (PSI) (1)	R\$	3,50% a.a.	Jan/21	18.071	56.804
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	-	43.420
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	330.217	378.595
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	Jul/20	1.025.965	-
Cisco Capital (3)	USD	2.50% a.a.	Dez/20	40.366	116.465
Total				2.029.088	1.663.017
Circulante				(1.384.180)	(698.728)
Não circulante				644.908	964.289

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até dezembro de 2019. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito "B" deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de TLP (Taxa de Longo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Prazo) mais juros de até 1,44% ao ano e sua disponibilidade se estende até dezembro de 2020, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2019	Montante expirado até 31 de dezembro de 2019
BNDES (1)	TJLP	Mai/18	Dez/19	1.090.000	-	-	1.090.000
BNDES (2)	TJLP	Mai/18	Dez/19	20.000	-	-	20.000
FINAME (3)	TLP	Mar/19	Dez/20	390.000	390.000	-	-
Total R\$:				1.500.000	390.000	-	1.110.000

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2019 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 42 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Receita de Subvenção” (nota 29).

Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no valor de R\$ 1.000 milhão. A emissão objetivou o reforço de capital de giro da Companhia e terá vencimento em julho de 2020, sendo remunerada a 104,10% CDI.

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de hedge” (vide nota 37).

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado
2021	305.171
2022	206.324
2023	33.434
2024	78.694
2025	21.285
	644.908

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, baseado nas análises da administração qualquer diferença entre o nominal e o valor justo é imaterial no contexto das demonstrações financeiras e do endividamento da empresa.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	530	447	466.603	453.941
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	377.105	361.558
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	22.009	21.320
Imposto sobre Serviço - ISS	525	441	61.673	59.764
Outros	5	6	5.816	11.299
Parcela circulante	(530)	(447)	(463.606)	(451.169)
Parcela não circulante	-	-	2.997	2.772

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	25.816	47.285	508.615	542.213
Imposto de renda e contribuição social	-	-	346.097	372.467
PIS / COFINS	25.813	19.340	130.327	76.072
Outros (*)	3	27.945	32.191	93.674
Parcela circulante	(25.816)	(47.285)	(296.305)	(332.333)
Parcela não circulante	-	-	212.310	209.880

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a partir de 2009, para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Receitas diferidas	1.109.112	1.313.467
Serviços a prestar pré-pago (1)	186.310	301.621
Subvenções Governamentais (2)	42.159	63.731
Swap de rede (3)	2.713	11.449
Receitas antecipadas	11.651	18.626
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	843.017	897.112
Passivo contratual (5)	23.262	20.928
Parcela circulante	(281.930)	(406.867)
Parcela não circulante	827.182	906.600

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de R\$42.159 (63.731 em 31 de dezembro de 2018) Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(5) Contratos com clientes. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	12/2019	12/2018
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.413.865	2.189.931
Ativo contratual (nota 6)	15.142	130
Passivo contratual	(23.262)	(20.928)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resumo das principais variações no exercício:

	Ativo (passivo) contratual	
	2019	2018
Saldo em 1º. de janeiro de 2019	(20.798)	(12.305)
Adições	1.845	(23.545)
Baixas	10.833	15.052
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(8.120)	(20.798)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2020	2021
Ativo (passivo) contratual	(5.953)	(2.167)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15 / CPC 47, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Provisão para processos judiciais e administrativos	47.423	9.837	840.637	849.408
Cível (a)	-	-	212.702	111.301
Trabalhistas (b)	44.745	2.646	261.837	435.438
Tributária (c)	2.678	7.191	333.717	271.214
Regulatória (d)	-	-	32.381	31.455

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-18	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-19
	849.408	547.691	(715.203)	158.741	840.637
Cível (a)	111.301	348.012	(335.640)	89.028	212.701
Trabalhistas (b)	435.438	96.235	(301.971)	32.136	261.838
Tributária (c)	271.214	103.354	(77.341)	36.490	333.717
Regulatória (d)	31.455	90	(251)	1.087	32.381

	dez-17	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-18
	528.320	551.191	(536.647)	306.544	849.408
Cível (a)	132.422	239.705	(324.803)	63.977	111.301
Trabalhistas (b)	184.311	225.864	(114.450)	139.713	435.438
Tributária (c)	180.643	84.990	(96.346)	101.927	271.214
Regulatória (d)	30.944	632	(1.048)	927	31.455

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$ 135.290 (R\$ 86.039 em 31 de dezembro de 2018) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 31.221 (R\$ 5.814 em 31 de dezembro 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 12.812 (R\$ 10.378 em 31 de dezembro de 2018).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 27.039 (R\$ 3.060 em 31 de dezembro de 2018).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$ 498 (R\$ 239 em 31 de dezembro de 2018).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 1.340 (R\$ 1.270 em 31 de dezembro de 2018).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 2.408 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 (3.948 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 252.968 atualizado monetariamente (R\$ 426.570 em 31 de dezembro de 2018).

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de dezembro de 2019, o provisionamento destas causas totaliza R\$ 57.859 atualizado monetariamente (R\$ 27.981 em 31 de dezembro de 2018).

c. Processos tributários

	12/2019	12/2018
Tributos Federais	155.495	82.033
Tributos Estaduais	93.790	103.546
Tributos Municipais	8.227	1.713
Processos TIM S.A (<i>Purchase price allocation</i>)	76.205	83.922
	333.717	271.214

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos Federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- a. A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.560 (R\$ 9.335 em 31 de dezembro de 2018), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.564 (R\$ 14.060 em 31 de dezembro de 2018).
- b. A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 37.977 (R\$ 36.685 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 58.116 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 23.558 (R\$ 42.628 em 31 de dezembro de 2018), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.037 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2018), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.460 (processo provisionado em 03/2019, sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$ 76.205 (R\$ 83.922 em 31 de dezembro de 2018).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 32.381 (R\$ 31.455 em 31 de dezembro de 2018).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
	18.395.727	18.734.644
Cível (e.1)	1.032.637	1.046.521
Trabalhista e previdenciária (e.2)	459.020	523.236
Tributária (e.3)	16.196.077	16.530.061
Regulatória (e.4)	707.993	634.826

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	374.860	405.635
ANATEL (e.1.2)	220.526	207.657
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	32.847	84.231
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	180.226	173.213
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	125.201	71.574
Outros (e.1.6)	98.977	104.211
	<u>1.032.637</u>	<u>1.046.521</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 538 atualizado (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2018) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$ 9.693 em 31 de dezembro de 2019.

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$ 1.559 atualizado (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2018).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.976 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 (4.654 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 459.020 atualizado (R\$ 523.236 em 31 de dezembro de 2018).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$ 14.349 atualizado (R\$ 16.709 em 31 de dezembro de 2018).

Cumpram ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Tributos Federais (e.3.1)	4.279.570	3.952.125
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.221.808	8.904.916
Tributos Municipais (e.3.3)	703.132	693.616
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.991.567	2.979.404
	<u>16.196.077</u>	<u>16.530.061</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.549.274 (R\$ 11.662.216 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.279.570 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.952.125 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.672.754 (R\$ 2.543.851 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 203.302 (R\$ 198.175 em 31 de dezembro de 2018)
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 66.164 (R\$ 64.537 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 256.833 (R\$ 296.589 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 427.233 (R\$ 412.715 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.221.808 (R\$ 8.904.916 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.053.411 (R\$ 1.344.288 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 887.637 (R\$ 1.110.827 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 731.864 (R\$ 767.142 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2019, o montante na controlada é de R\$ 3.284.473 (R\$ 3.340.448 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 131.057 (R\$ 140.368 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 138.684 (R\$ 116.880 em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 198.505 (R\$ 192.074 em 31 de dezembro de 2018).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 180.920 (R\$ 177.128 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 249.659 (R\$ 139.758 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 703.132 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 147.572 (R\$ 142.355 em 31 de dezembro de 2018).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 300.669 (R\$ 283.620 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 120.503 (R\$ 118.114 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.991.567 (R\$ 2.979.404 em 31 de dezembro de 2018). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 707.993 (R\$ 634.826 em 31 de dezembro de 2018). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2019.

Em 22 de Agosto de 2019, na 874ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel foi aprovada a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" sendo o Processo remetido ao Tribunal de Contas da União "TCU" para análise.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia,

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 210.527 ações em Tesouraria (2018 – 784.317), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	12/2019	Consolidado 12/2018
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	12/2019	12/2018
	410.650	412.091
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	30.090	31.531

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras (“BR GAAP”), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 2018, a Companhia realizou a venda de 668.367 e 1.194.576 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$10,86 e R\$10,34, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu 115.949 em 2019 (377.052 em 2018) ações pelo preço de R\$15,22 e R\$11,64 respectivamente, equivalente a R\$ 3.204 em 2019 (R\$ 4.389 em 2018). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 5.319 (R\$ 7.964 em 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Em dezembro de 2019, a Reserva para expansão atingiu o limite definido no estatuto social da Companhia. Em função disso, será proposto, na próxima assembleia, o aumento de capital via capitalização da reserva de expansão no montante de R\$1.644.013. Esse aumento poderá ser feito sem emissão de novas ações na proporção dos direitos dos acionistas.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de Dezembro de 2019 o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$ 1.612.019 (R\$1.417.858 em 31 de dezembro de 2018).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	3.622.127	2.545.101
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(194.161)	(146.455)
(-) Constituição da reserva legal	(171.398)	(119.932)
Lucro líquido ajustado	3.256.568	2.278.714
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	814.142	569.679
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	-	-
Juros sobre capital próprio	995.438	849.994
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	995.438	849.994
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(149.316)	(125.757)
Total de dividendos e JCP líquidos	846.122	724.237
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,35	0,30

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado foi de R\$995.438, sendo R\$ 313.600 pagos ao longo do exercício e o saldo remanescente está registrado no passivo circulante da Companhia e pagos em janeiro de 2020.

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos Vestings de outorgas passadas.

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício de 2019	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício de 2019
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	930.662	jul/22	R\$ 11,28	-	930.662	-	(33.418)	-	897.244
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	abr/21	R\$ 14,41	466.514	-	(115.949)	(97.228)	-	253.337
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	895.522	-	(476.182)	-	-	419.340
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	292.523	-	(159.675)	-	-	132.848
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	531.972	-	(32.511)	(121.175)	-	378.286
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	543.583	-	-	-	(543.583)	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	19.313.478			2.730.114	930.662	(784.317)	(251.821)	(543.583)	2.081.055
Preço médio ponderado do exercício			R\$ 11,23						

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício de 2018	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício de 2018
Plano 2018-2020 – 1ª	849.932	mai-20	14,41	-	849.932		(383.418)	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª	3.922.204	nov-22	8,10	2.684.284		(510.884)	(1.277.878)	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª	3.355.229	out-21	8,45	1.240.740		(656.268)	(291.949)	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª	1.687.686	set-20	13,42	658.720		(27.424)	(99.324)	-	531.972
Plano 2011-2013 – 3ª	3.072.418	jul-19	8,13	694.936			(151.353)	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª	2.661.752	set-18	8,96	194.756				(194.756)	-
Plano 2011-2013 – 1ª	2.833.595	ago-17	8,84	-				-	-
Total	18.382.816			5.473.436	849.932	(1.194.576)	(2.203.922)	(194.756)	2.730.114
Preço médio ponderado do exercício			10,26						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA
Outorga 2019	R\$ 11,28	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 2.359 (R\$ 4.291 em 31 de dezembro de 2018).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associados ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do novo pronunciamento contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que seus pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Antes da adoção da norma, a Companhia reconhecia a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita foi alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada anteriormente. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial foi reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas e amortizados no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Receita Operacional Líquida	17.377.194	16.981.329
Receita operacional bruta	25.182.831	24.232.404
Receita de serviços	23.820.343	23.065.648
Receita de serviços – Móvel	22.145.033	21.531.779
Receita de serviços – Fixa	1.675.310	1.533.869
Venda de mercadorias	1.362.488	1.166.756
Deduções da receita bruta	(7.805.637)	(7.251.075)
Impostos incidentes	(4.939.980)	(5.163.797)
Descontos concedidos	(2.843.670)	(2.073.892)
Devoluções e Outros	(21.987)	(13.386)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Custos e despesas operacionais

Consolidado								
	12/2019				12/2018			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(7.433.731)	(4.986.289)	(1.717.859)	(14.137.879)	(7.701.418)	(4.970.780)	(1.608.319)	(14.280.517)
Pessoal	(53.392)	(624.353)	(392.984)	(1.070.729)	(36.514)	(637.177)	(357.878)	(1.031.569)
Serviços de terceiros	(569.242)	(2.041.646)	(512.643)	(3.123.531)	(518.762)	(2.169.624)	(451.990)	(3.140.376)
Interconexão e meios de conexão	(1.419.464)	-	-	(1.419.464)	(2.513.176)	-	-	(2.513.176)
Depreciação e amortização	(4.132.223)	(256.898)	(739.860)	(5.128.981)	(3.119.954)	(162.804)	(671.562)	(3.954.320)
Impostos, taxas e contribuições	(32.120)	(817.369)	(18.846)	(868.335)	(31.754)	(866.197)	(18.333)	(916.284)
Aluguéis e seguros	(291.302)	(121.795)	(20.590)	(433.687)	(591.226)	(146.877)	(67.387)	(805.490)
Custo das mercadorias vendidas	(931.818)	-	-	(931.818)	(883.912)	-	-	(883.912)
Publicidade e propaganda	-	(355.234)	-	(355.234)	-	(421.588)	-	(421.588)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(748.291)	-	(748.291)	-	(544.881)	-	(544.881)
Outros	(4.170)	(20.703)	(32.936)	(57.809)	(6.120)	(21.632)	(41.169)	(68.921)

Controladora								
	12/2019				12/2018			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(24.755)	(24.755)	-	-	(29.745)	(29.745)
Pessoal	-	-	(19.713)	(19.713)	-	-	(25.641)	(25.641)
Serviços de terceiros	-	-	(4.321)	(4.321)	-	-	(3.392)	(3.392)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(386)	(386)	-	-	(249)	(249)
Aluguéis e seguros	-	-	(8)	(8)	-	-	(15)	(15)
Outros	-	-	(327)	(327)	-	-	(448)	(448)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	21.572	25.305
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	50.499	44.411
Receita na alienação de ativos	-	-	2.214	1.708
Outras receitas (a)	901	-	1.878.558	282.041
	<u>901</u>	<u>-</u>	<u>1.952.843</u>	<u>353.465</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (b)	-	-	(137.169)	(143.167)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4.024)	(4.092)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(55.717)	(825)	(466.460)	(452.463)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(7.055)	(4.424)
Outras despesas	(49)	(12)	(62.594)	(32.608)
	<u>(55.766)</u>	<u>(837)</u>	<u>(677.302)</u>	<u>(636.754)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(54.865)</u>	<u>(837)</u>	<u>1.275.541</u>	<u>(283.289)</u>

(a) A variação no período refere-se à: (i) créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporada pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2019, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS no montante de R\$ 1.795 milhões foi registrado na rubrica de outras receitas em junho de 2019 (nota 9) e (ii) amortização da receita diferida da venda das torres (nota 16).

(b) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Receitas financeiras	2.671	1.978	1.430.171	412.733
Juros sobre aplicações financeiras	1.650	1.358	88.224	119.548
Juros de clientes	-	-	37.233	36.793
Juros swap	-	-	15.536	17.001
Juros sobre leasing	-	-	20.528	25.664
Atualização monetária (i)	1.021	620	1.263.793	207.191
Outras receitas	-	-	4.857	6.536

(i) Inclui os valores de R\$ 1.228 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial da TIM Celular S.A (Incorporada pela TIM S.A) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 9).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Despesas financeiras	(169.399)	(95.687)	(1.408.053)	(951.439)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(116.735)	(96.682)
Juros sobre impostos e taxas	(51)	(50)	(28.396)	(15.409)
Juros swap	-	-	(24.604)	(32.424)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(821.463)	(266.328)
Atualização monetária ⁽²⁾	(56.826)	(4.676)	(191.309)	(340.175)
Descontos concedidos	-	-	(36.047)	(38.858)
Outras despesas ⁽¹⁾	(112.522)	(90.961)	(189.499)	(161.563)

⁽¹⁾ Inclui os valores de PIS/COFINS sobre eventos financeiros, principalmente incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio (JSCP).

⁽²⁾ A atualização monetária está relacionada principalmente com as provisões para perdas de processos judiciais e administrativos.

32. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Receitas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	22.494	1.409
Fornecedores	32	12	9.004	6.844
Swap	-	-	40.742	75.340
Outros	2	-	15.952	13.937
	<u>34</u>	<u>12</u>	<u>88.192</u>	<u>97.530</u>
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(40.715)	(75.298)
Fornecedores	(60)	(21)	(13.201)	(11.925)
Swap	-	-	(22.493)	(1.409)
Outros	-	-	(12.691)	(7.525)
	<u>(60)</u>	<u>(21)</u>	<u>(89.100)</u>	<u>(96.157)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(26)</u>	<u>(9)</u>	<u>(908)</u>	<u>1.373</u>

A variação cambial no exercício está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 37).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

33. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(155.521)	(253.120)
Contribuição social do exercício	(58.905)	(92.502)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	156.594	146.454
	<u>(57.832)</u>	<u>(199.168)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(625.516)	651.632
Contribuição social diferida	(225.186)	217.501
	<u>(850.702)</u>	<u>869.133</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	(5.406)	(5.054)
	<u>(856.108)</u>	<u>864.079</u>
	<u>(913.940)</u>	<u>664.911</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.497.838	2.548.347	4.536.066	1.880.190
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.189.265)	(866.438)	(1.542.262)	(639.265)
<i>(Adições) / exclusões:</i>				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(18.783)	(4.232)	(18.783)	920.745
Resultado de equivalência patrimonial	1.273.032	908.700	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(109)	-	(10.958)	(12.040)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	(36.046)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	(63.771)	(35.357)	338.449	288.998
Incentivos fiscais (i)	-	-	194.161	146.454
Outros valores	2.142	(5.919)	125.453	(3.935)
	<u>1.192.511</u>	<u>863.192</u>	<u>628.322</u>	<u>1.304.176</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	3.246	(3.246)	(913.940)	664.911
Alíquota efetiva	-	-	<u>20,15%</u>	<u>(35,36)%</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A possui benefícios fiscais (SUDENE/SUDAM) que se enquadram nestas regras.

34. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	12/2019	12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	3.622.127	2.545.101
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.481	2.420.172
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,50	1,05

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	12/2019	12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	3.622.127	2.545.101
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.018	2.421.075
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,50	1,05

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 537 milhares de ações (R\$ 903 milhares de ações em 2018) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	12/2019	12/2018
Telecom Italia Sparkle (1)	1.949	2.877
TI Sparkle (3)	2.007	804
TIM Brasil (4)	5.429	13.993
Gruppo Havas (6)	-	75.600
Outros	1.035	1.092
Total	10.420	94.366

	Passivo	
	12/2019	12/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	80.825	89.433
Telecom Italia Sparkle (1)	6.531	11.895
TI Sparkle (3)	3.731	4.174
TIM Brasil (4)	6.056	6.044
Grupo Vivendi (5)	1.164	4.745
Gruppo Havas (6)	11.049	62.686
Outros	2.467	107
Total	111.823	179.084

	Receita	
	12/2019	12/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	775	858
Telecom Italia Sparkle (1)	5.371	5.809
TI Sparkle (3)	2.052	904
Total	8.198	7.571

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Custo/Despesa	
	12/2019	12/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	93.188	62.976
Telecom Italia Sparkle (1)	24.914	30.123
TI Sparkle (3)	18.700	18.035
Grupo Vivendi (5)	1.386	9.439
Gruppo Havas (6)	264.318	301.752
Outros	18.713	-
Total	421.219	422.325

(1) Controladora indireta da Companhia. Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale* conforme condições contratuais entre as partes.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e sua subsidiária o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização conforme condições contratuais entre as partes.

(4) Controlador direto da Companhia. Valores referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(5) Acionista da TIM S.p.A. Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(6) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 172.956 (R\$ 232.492 em 2018), estão relacionados aos repasses de mídia

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2019, a Companhia investiu R\$ 4.207 (R\$ 4.637 em 2018) com recursos próprios em benefício social.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

36. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	12/2019	12/2018
Benefícios de curto prazo	22.524	23.556
Outros benefícios de longo prazo	900	3.351
Remuneração baseada em ações	5.379	10.230
	<u>28.803</u>	<u>37.137</u>

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de sua controlada.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2019 a controlada não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2019, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em dezembro de 2019 e 2018. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 10,6% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2019.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	12/2019			12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	46.511	(4.405)	42.106	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	16.602	(858)	15.744	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	29.909	(3.547)	26.362	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2019 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2021	8.096	(709)
2022	8.096	(709)
2023 em diante	13.717	(2.129)
	29.909	(3.547)

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	12/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	658.328	46.511	704.839
Ativos financeiros ao valor justo	658.328	46.511	704.839
Derivativos usados para hedge	-	46.511	46.511
Títulos e valores mobiliários	658.328	-	658.328
Total do passivo	-	4.405	4.405
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	4.405	4.405
Derivativos usados para hedge	-	4.405	4.405

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	790.070	81.408	871.478
Ativos financeiros ao valor justo	790.070	81.408	871.478
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	790.070	-	790.070
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.769.033	704.839	7.473.872
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.511	46.511
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.287.855	-	3.287.855
Títulos e valores mobiliários	-	658.328	658.328
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.810	-	2.284.810
Arrendamento Mercantil - leasing	156.379	-	156.379
Depósitos judiciais	1.006.899	-	1.006.899
Outros valores a compensar	33.090	-	33.090

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.310.830	4.405	14.315.235
Empréstimos e Financiamentos	2.029.088	-	2.029.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.405	4.405
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.923.035	-	3.923.035
Arrendamento mercantil leasing	7.780.870	-	7.780.870
Dividendos a pagar	577.837	-	577.837

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.639.420	871.478	6.510.898
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.969.116	-	2.969.116
Títulos e valores mobiliários	-	790.070	790.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.530	-	1.075.530
Arrendamento mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.345.113	-	1.345.113
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.296.570	11.618	8.308.188
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.323.374	-	4.323.374
Arrendamento mercantil - leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	370.105	-	370.105

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2019, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2019

<u>Moeda</u>	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>CONTRAPARTE</u>		<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
		<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	330.217	330.217	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	40.366	40.366	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2018

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>			<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>				<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de US\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 a junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão. Em 15 de junho de 2019, tivemos o vencimento das opções remanescentes. Em 31 de dezembro, a companhia não possuía operações de opções.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KFW)	381.178	381.178	474.450	567.104
A) Δ Variação Acumulada Dívida			93.272	185.926
Valor justo da ponta ativa do swap	381.178	381.178	474.450	567.104
Valor justo da ponta passiva do swap	(338.971)	(338.971)	(337.647)	(336.387)
Resultado swap	42.207	42.207	136.803	230.717
B) Δ Variação Acumulada Swap			94.596	188.510
C) Resultado final (B-A)			(1.324)	(2.584)

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,40%	5,50%	6,60%
LIBOR	1,91%	2,39%	2,87%
USD	4,0307	5,0384	6,0461

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2019 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	12/2019
Resultado líquido em operações de USD x CDI	5.077

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	2019			2018
	Saldos com IFRS 16	Ajustes	Saldos sem IFRS 16	
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	1.986.982	-	1.986.982	1.593.227
Arrendamento Mercantil - Passivo (Nota 16)	7.780.870	(6.196.068)	1.584.802	1.940.074
Arrendamento Mercantil - Ativo (Nota 16)	(156.379)	-	(156.379)	(208.049)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(2.284.810)	-	(2.284.810)	(1.075.530)
FIC (Nota 5)	(654.479)	-	(654.479)	(784.841)
Dívida Líquida	6.672.184	(6.196.068)	476.116	1.464.881
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) - Normalizado	9.643.838	(1.315.684)	8.328.153	6.371.844
Índice de alavancagem financeira - Não auditado	0,69	4,71	0,06	0,23
(1) Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:				
Lucro Líquido do exercício ajustado	3.622.127	143.076	3.765.203	2.545.101
Depreciações e amortizações	5.128.981	(940.144)	4.188.837	3.954.321
Resultado Financeiro Líquido	(21.210)	(592.323)	(613.533)	537.333
Imposto de renda e contribuição social	913.940	73.706	987.646	(664.911)
LAJIDA (EBITDA) (1)	9.643.838	(1.315.685)	8.328.153	6.371.844

(1) Lajida: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2018	1.663.017	1.940.074	(69.790)
Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	-	5.256.114	-
Ingressos	1.000.000	1.834.914	-
Encargos financeiros	167.998	821.463	9.068
Variações cambiais, líquidas	18.222	-	(14.145)
Pagamentos	(820.149)	(1.585.712)	32.761
Remensuração IAS 17 (i)/ IFRS16	-	(485.983)	-
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)

(i) Conforme mencionado na Nota 2.f, a Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 31 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

38. Planos de pensão com benefício definido e outros benefícios pós-emprego

	12/2019	12/2018
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.782	2.850

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS (*)	PBS Assistidos (*)	Convênio de Administração (*)	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2019	2018
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/19								
Valor presente das obrigações atuariais	40.427	10.107	151	1.080	11.099	2.585	65.449	52.206
Valor justo dos ativos do plano	(43.991)	(13.527)	(425)	-	(8.982)	-	(66.925)	(68.768)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(3.564)	(3.420)	(274)	1.080	2.117	2.585	(1.476)	(16.562)
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(3.564)	(3.420)	(274)	1.080	2.117	2.585	(1.476)	(16.562)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/18	(14.964)	(4.209)	(239)	884	102	1.864
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.394)	(391)	(22)	81	100	283
Contribuições da patrocinadora (Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos	-	-	-	(47)	-	(26)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	12.794	1.180	(13)	162	1.915	464
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/19	(3.564)	(3.420)	(274)	1.080	2.117	2.585

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/18	32.767	8.285	156	884	8.250	1.864
Custo do serviço corrente	5	-	-	-	93	108
Juros sobre obrigação atuarial	2.932	738	14	81	770	175
Benefícios pagos no ano	(2.629)	(719)	(9)	(47)	(348)	(27)
Contribuições pagas pelos participantes					57	
(Ganhos)/perdas nas obrigações	7.352	1.803	(10)	162	2.277	465
Valor das obrigações em 31/12/19	40.427	10.107	151	1.080	11.099	2.585

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/18	47.731	12.494	395	-	8.148	-
Benefícios pagos no ano	(2.629)	(719)	(9)	-	(348)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	4.326	1.128	36	-	763	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(5.437)	624	3	-	361	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	58	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/19	43.991	13.527	425	-	8.982	-

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e) Despesas previstas para 2020

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	15	-	-	-	125	150
Juros sobre as obrigações atuariais	2.650	658	10	72	774	179
Rendimento esperado dos ativos	(2.893)	(888)	(29)	-	(627)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	243	230	19	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	15	0	0	72	272	329

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 6,81% / 3,20%; PBS Nordeste: 6,83% / 3,22%; CA: 6,85% / 3,24%; PBS-A: 6,75% / 3,14%; AES: 7,09% / 3,47%; PAMEC: 6,77% / 3,16%; FIBER: 6,96% / 3,34%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS e CA: Não Aplicável CA e PBS-A: Não Aplicável; AES: 5,57%/ 2,00%; PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA e PBS-A: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS: Álvaro Vindas; CA, PBS-A e PAMEC: Não Aplicável; AES e FIBER: Mercer Disability;
Taxa de rotatividade esperada:	PBS, CA, PBS-A e PAMEC: Nula AES e FIBER: 0,15/(tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA: Não Aplicável; AES: 3% ao ano entre a primeira idade de elegibilidade à aposentadoria antecipada a elegibilidade à aposentadoria normal;
Taxa estimada de inflação no longo prazo	CA, PBS-A e PAMEC: Não Aplicável PAMEC e FIBER: 7,64% / 3,25%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

39. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 32.274.029
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 28.520
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

40. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a subsidiária integral da Companhia assinou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$752.479, sendo: (i) R\$325.071 ao custo de IPCA + 1,4386% e sujeito a bônus de adimplência de 15%; e, (ii) R\$427.408 ao custo de IPCA + 1,7582% e sujeito a bônus de adimplência de 15%. O objetivo da linha de crédito é financiar o Capex da região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo do período de 2019 a 2022 com prazo total de pagamento de 8 anos, sendo 3 anos de carência e 5 anos de amortização. A operação será garantida por (i) fiança bancária proporcional a 100% do valor de cada desembolso; e (ii) vinculação de recebíveis proporcional a 5% do valor de cada desembolso. Até a presente data, não houve quaisquer desembolsos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2019 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), sem ressalvas, emitido no dia 11 de fevereiro de 2020, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2019 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de fevereiro de 2020.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO

Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) da TIM Participações S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, criado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. A função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

Com a eleição dos novos conselheiros de administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2019, para o mandato 2019/2021, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Gesner José de Oliveira Filho e Herculano Aníbal Alves. Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker, em 30 de julho de 2019, e a eleição da Sra. Flavia Maria Bittencourt, na mesma data, o CAE passou a ter a seguinte composição: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador) e Herculano Aníbal Alves, e Sra. Flavia Maria Bittencourt. Todos são conselheiros de administração da Companhia e caracterizados como independentes segundo critério da CVM.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act* (“SOx”), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* (“SEC”), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* (“NYSE”) desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso VIII, do Artigo 13, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2019

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias do CAE que contemplaram 123 (cento e vinte e três) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

- I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 17 (dezessete) sessões durante o ano de 2019. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2019, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais (“ITRs”) relativas aos 2º, 3º e 4º trimestres, conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial dos ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY atuou, ainda, como auditor da controlada da Companhia, TIM S.A., bem como foi responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

A PricewaterhouseCoopers (“PwC”) foi a empresa responsável pelo planejamento e execução da auditoria das informações trimestrais (“ITRs”) relativas ao 1º trimestre.

- II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2019, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia. No ano de 2019, foram oficializados 37 (trinta e sete) projetos de auditoria, cujos planos de ação geraram 256 (duzentas e cinquenta e seis) novas ações, das quais 141 (cento e quarenta e uma) ações foram concluídas. Adicionalmente, foram concluídas outras 142 (cento e quarenta e duas) ações decorrentes de projetos de auditoria dos exercícios 2016 a 2018.
- III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 5 (cinco) sessões durante o ano de 2019, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* (“SOx”).

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, e verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

- IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de sua controlada é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

- V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 10 (dez) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) *SOx Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. Neste sentido, teve oportunidade de visitas de campo e contato direto com os responsáveis por estas áreas.
- VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.
- VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.
- VIII. No decorrer de 2019, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* (“ERM”) da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos *SOx/CVM*. Este tema foi trazido em 3 (três) sessões durante o ano de 2019. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos (“CCR”). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

- IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 15 (quinze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.
- X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2019, os relatórios referentes a denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.
- XI. Além das 22 (vinte e duas) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de, no mínimo, 3 (três) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com os Auditores Independentes (PwC e, posteriormente, EY), e com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, e/ou, dar abertura ao Comitês a eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia e sua controlada; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, dentre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (notas explicativas “Provisão para processos judiciais e administrativos tributários”, e 24)

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2 Reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS em virtude do impacto da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (nota explicativa 9)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O CAE se reuniu com a Administração da Companhia para avaliação e acompanhamento do valor dos créditos a favor da Companhia, em virtude do impacto da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

3.3 Novos pronunciamentos contábeis (nota explicativa 2.f)

O CAE manteve várias interações com a Administração da Companhia para entendimento do plano de adoção desenvolvido, dos principais aspectos técnicos a serem considerados, incluindo estimativas e julgamentos críticos, controles internos e/ou ferramentas desenvolvidas para captura, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras e, principalmente, os impactos qualitativos e quantitativos decorrentes dos novo pronunciamento contábil IFRS 16 – Arrendamentos Mercantis (adoção a partir de 1º de janeiro de 2019).

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 4 (quatro) vezes entre os meses de março e maio de 2019, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de junho e julho de 2019, com executivos da Companhia, para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2019, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionário de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2019”).

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2019, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 11 de fevereiro de 2020.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico